



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS LIBRAS - BACHARELADO

Verônica Rosemary de Oliveira

O Tradutor e Intérprete de Libras e a Tradução Audiovisual de Conteúdo Político Partidário: problematizando este trabalho

Joinville/SC

2018

Verônica Rosemary de Oliveira

O Tradutor e Intérprete de Libras e a Tradução Audiovisual de Conteúdo Político Partidário: problematizando este trabalho

Trabalho apresentado à Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a conclusão do curso de Graduação Bacharelado em Letras Libras.

Professor Orientador: José Ednilson Gomes de Souza-Júnior

Joinville/SC

2018

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, a quem sempre recorri pedindo força e perseverança para chegar ao final do curso.

Agradeço a meus pais que sempre acreditaram em mim e sempre me incentivaram a nunca parar de buscar conhecimento.

Agradeço a meu namorado Carlos pela paciência de ao longo desses quatro anos ficar acordado até as 4h da madrugada esperando eu chegar de todas as minhas viagens para estudar.

Agradeço a minha grande amiga Grace Kelly, que além de colega de sala de aula do Letras Libras, de atividades, também foi minha parceira de viagem por quase todo o período do curso, fomos apoio uma da outra para que conseguíssemos concluir o curso, seja na produção das atividades, ou nas dificuldades nas viagens.

Agradeço a meus colegas de trabalho e amigos (principalmente aos surdos) que sempre me auxiliaram quando precisava, nas dúvidas dos conteúdos e das atividades.

Agradeço a toda a turma que estudei ao longo desses quatro anos. Mesmo com nossas diferenças formamos uma linda família, onde sempre tive apoio.

Agradeço à Laura, tutora mais esforçada, responsável e competente que já conheci na Educação à Distância. Sem ela e seus incentivos e puxões de orelha, eu e tantos outros não teríamos chegado ao final.

Agradeço aos professores, em especial ao professor José Ednilson Gomes de Souza-Júnior, meu orientador, pelos ensinamentos, que com certeza carregarei durante toda minha vida profissional. Tenho muito orgulho de ter tido essa oportunidade de aprender tanto com professores tão competentes.

RESUMO

O tradutor e intérprete de Libras (TILS) desempenha importante função na promoção da acessibilidade aos surdos. Muitas pesquisas têm avançado quanto ao trabalho por eles desempenhado. No campo dos Estudos da Tradução é onde se encontram muitas pesquisas nesse quesito, abordando os mais variados contextos de atuação dos TILS. Nesta pesquisa nos aprofundamos sobre a tradução audiovisual que já vem sendo estudada a algum tempo e tem ganhado espaço nas pesquisas no Brasil. Desse modo, nos debruçamos sobre a tradução audiovisual, quando esta ocorre em programas políticos partidários, ou seja, o foco principal é o estudo da tradução audiovisual de conteúdo político partidário presente nas campanhas e propagandas políticas partidárias em período eleitoral. Os objetivos desta pesquisa são: averiguar os desafios enfrentados pelos TILS na atuação em contexto político partidário; as nuances da tradução audiovisual; as exigências que se apresentaram a esses profissionais diante do contexto político, e como deu-se esse trabalho. Para a concretização do projeto, o estudo tomou por base a pesquisa bibliográfica e de campo. A pesquisa bibliográfica baseou-se em artigos, teses, dissertações e outras publicações relevantes sobre a área investigada. Na pesquisa de campo, recorreremos à aplicação de questionário a TILS que atuaram em algum momento de sua vida profissional em campanhas político-partidárias com tradução audiovisual. Como suporte para análise dos dados utilizamos além do referencial teórico, a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2016). Os resultados indicam que os TILS enfrentaram algumas dificuldades no desenvolvimento desse trabalho, porém destacaram que já é possível visualizar um avanço quanto ao reconhecimento da Libras e da comunidade surda. A análise de dados apontou que faz-se necessário a conscientização tanto dos TILS quanto do público político e uma forte fiscalização pelas entidades representativas dessa profissão, a fim de garantir à comunidade surda, uma verdadeira acessibilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Tradutor/intérprete de Libras; tradução audiovisual, campanha política partidária.

ABSTRACT

Brazilian sign language translators and interpreters have an important role in promoting accessibility to the deaf. Research on the work carried out by these professionals has been increasing, mainly in the field of Translation Studies, where many papers have been published with approaches to several of their performance contexts. Within this paper, we will be delving into audiovisual translation, which has been getting a greater niche in the Brazilian research scenario. Since our central theme is audiovisual translation, we chose to focus on audiovisual translations of both television political party campaigns and propaganda aired near elections. Our aims are to analyze the challenges translators and interpreters suffer when performing in political party contexts; the nuances of audiovisual translation; the requirements such professionals encounter before the political context, and how this work was carried out. Also importantly, this work is grounded on bibliographical and field research. As for the bibliographical research, articles, dissertations, papers and other relevant publications in the field were taken into account. In the field research, we selected a group of translators and interpreters who had some time in their professional lives dealt with audiovisual translation of political party campaign material to answer a questionnaire. Data analysis was supported by the theoretical references and analytical techniques of Bardin (2016). Results point out that translators and interpreters faced a certain degree of hardship getting their job done, but most of them claimed they could visualize an improvement in the acknowledgement of Brazilian sign language and of the deaf community in general in the public eye. Our data analysis showed that it is important to make translators and interpreters, and the political audience, more aware. It is also imperative to set up thorough inspections, in order to guarantee true accessibility to the deaf community.

Key-words: Brazilian sign language translator/interpreter; audiovisual translation; political party campaign.

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AD	Audiodescrição
CAS	Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez
EaD	Educação à Distância
FEBRAPILS	Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua De Sinais
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
LSE	Legendagem para Surdos e Ensurdecidos
NBR	Norma Brasileira
PROLIBRAS	Exame Nacional de Proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa
SINTRA	Sindicato Nacional dos Tradutores
TAV	Tradução Audiovisual
TILS	Tradutor e Intérprete da Língua De Sinais
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Sexo dos participantes.....	43
Gráfico 2:	Estado em que atuou em campanha política em horário eleitoral na televisão.....	43
Gráfico 3:	Última atuação em campanha política em horário eleitoral na televisão.....	45
Gráfico 4:	Cargos interpretados na campanha política em horário eleitoral televisivo.....	45
Gráfico 5:	Estudos e formação na área da tradução audiovisual.....	47
Gráfico 6:	Grau de escolarização.....	47
Gráfico 7:	Possui formação superior específica em Tradução e Interpretação da Libras.....	48
Gráfico 8:	Possui algum certificado de proficiência.....	49
Gráfico 9:	Tempo de atuação como TILS.....	50
Gráfico 10:	Contextos em que já atuou como TILS.....	51
Gráfico 11:	Houve assinatura de contrato para o trabalho em campanha política televisiva.....	53
Gráfico 12:	Exigências do candidato para a contratação do TILS.....	54
Gráfico 13:	Forma de pagamento do trabalho desenvolvido.....	57
Gráfico 14:	Recursos de apoio utilizados.....	58
Gráfico 15:	Recebimento antecipado do material a ser interpretado, em texto ou vídeo.....	60
Gráfico 16:	Orientações técnicas da equipe de produtores.....	61
Gráfico 17:	Na última atuação em campanha política em horário eleitoral na televisão, votou no candidato para quem interpretou.....	63
Gráfico 18:	Existência de vínculo partidário ou simpatizante de algum partido político.....	64
Gráfico 19:	Considera que o trabalho desenvolvido foi de qualidade.....	69

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Remuneração para o trabalho em campanha política partidária na televisão	56
Quadro 2:	Preparação antecipada para a interpretação.....	62
Quadro 3:	Pontos positivos quanto experiência de atuação na última campanha política.....	65
Quadro 4:	Pontos negativos quanto experiência de atuação na última campanha política.....	67

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Uso do closed caption	29
Figura 2:	Janela de Libras.....	29
Figura 3:	Janela de Libras em campanha político-partidária.....	34

SÚMARIO

LISTA DE SIGLAS	6
LISTA DE GRÁFICOS	7
LISTA DE QUADROS	8
LISTA DE FIGURAS	9
1. A PROFISSÃO DE TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS NO BRASIL	13
1.1 Um breve histórico sobre a profissão do tradutor e intérprete de Libras.....	13
1.2 O tradutor e intérprete de Libras: Legislação e regulamentação da profissão.....	15
2. ESTUDOS DA TRADUÇÃO E A TRADUÇÃO AUDIOVISUAL	19
2.1 Entendendo o que é tradução e interpretação.....	21
2.2 A tradução audiovisual como campo de pesquisa nos estudos da tradução.....	24
3. A ATUAÇÃO DE TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LIBRAS EM CONTEXTO AUDIOVISUAL	27
3.1 Acessibilidade para surdos na televisão: legendas e a janela de Libras.....	28
3.2 Questões técnicas da tradução audiovisual e acessibilidade.....	30
4. A ATUAÇÃO DE TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LIBRAS EM CONTEXTO POLÍTICO	33
4.1 Problematizando o trabalho do tradutor e intérprete nesse contexto.....	35
5. METODOLOGIA	38
5.1 Os instrumentos metodológicos utilizados na pesquisa.....	39
5.2 O tratamento dos dados.....	40
6. ANÁLISE DOS DADOS	42
6.1 A tradução audiovisual em campanha política partidária: o que dizem os TILS.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72
APÊNDICES: INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	76
Questionário dos intérpretes de Libras que atuaram em campanha política televisiva.....	76

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa parte do interesse em aprofundar os estudos sobre a área da tradução audiovisual de conteúdo político partidário, área em que atuei no ano de 2016 como Tradutora/Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Desse modo o presente trabalho aborda alguns aspectos relacionados à profissão do tradutor/intérprete de Língua de Sinais (TILS) que já atuaram em contexto de tradução audiovisual de conteúdo político partidário. Assim, a proposta foi averiguar como se deu o processo de trabalho de tradutores/intérprete de Libras nesse contexto.

O principal interesse em investigar sobre o tema está em reconhecer como são as relações de trabalho e como ocorre o processo de tradução/interpretação nesse contexto. Como sabemos, durante muitos anos as pessoas surdas foram deixadas de fora das discussões sociais, impossibilitando a compreensão da própria organização social em que se fazia parte. De acordo com o levantamento do IBGE as pessoas com deficiência auditiva representam 1,1% da população brasileira. Cerca de 0,9% dos brasileiros ficou surdo em decorrência de alguma doença ou acidente e 0,2% nasceu surdo. Do total de deficientes auditivos, 21% tem grau intenso ou muito intenso de limitações, que compromete atividades habituais, totalizando em números 344.206 pessoas com surdez. (BRASIL, 2010).

Apesar de parecer um número pouco expressivo, quando olhamos para nosso dia a dia, vemos a grande quantidade de surdos que utilizam a língua de sinais como meio de comunicação e que necessitam de acessibilidade quanto à sua forma de compreender e ter acesso ao mundo de informações que nós ouvintes temos. Assim como qualquer outro cidadão, a pessoa surda tem o direito de ter acesso à informação e livre direito de se expressar. No entanto, o que víamos até pouco tempo, era a falta de acessibilidade na comunicação, às informações, na educação, na saúde, enfim, em todas as esferas sociais. Ainda hoje a falta de acessibilidade é muito presente na vida na pessoa surda.

No âmbito político e televisivo, já é possível ver algumas mudanças sobre essa realidade. Atualmente com a aprovação da Lei 13.146 de 06 de julho de 2015, conhecida também como Lei Brasileira de Inclusão (LBI), e com a Resolução nº 23.457 de 15 de dezembro de 2015, tanto a televisão quanto os partidos políticos e coligações passaram a ter que incluir nas propagandas eleitorais e debates políticos a janela com o tradutor/intérprete de Libras, a legenda oculta e a áudio descrição.

Com o intuito de apresentar de forma clara o foco para nossa pesquisa sobre a tradução audiovisual de conteúdo político partidário, estabelecemos, num primeiro momento, qual seria o recorte da população participante. Acordou-se, assim, pesquisar em todo o território nacional, por meio de formulário online, tradutores/intérpretes que já tivessem atuado nesse contexto.

Após esse recorte, passamos para o momento de levantamento bibliográfico, escolhendo autores que abordam assuntos referentes à tradução/interpretação em contexto político, à tradução audiovisual, bem como a legislação que regulamenta o trabalho desses profissionais. A realização da leitura e o estudo se mantiveram ao longo de todo o percurso da pesquisa.

Para melhor compreensão do caminho percorrido na pesquisa, este trabalho de conclusão de curso foi dividido em seis seções. Na seção 1, buscamos relatar sobre o contexto histórico em que se iniciou o trabalho do tradutor/intérprete de Libras, bem como a regulamentação da profissão, formação e atuação.

Na seção 2, apresentamos um breve referencial teórico acerca dos Estudos da Tradução, bem como buscamos entender os conceitos de tradução e interpretação. Também localizamos neste capítulo a tradução audiovisual como campo de pesquisa nos Estudos da Tradução.

Na seção 3, abordamos sobre a atuação dos tradutores/intérpretes de Libras na tradução audiovisual, destacando questões técnicas deste trabalho e a legislação que o embasa, como por exemplo a Lei 13.146, de 06 de julho de 2015, conhecida como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) que determina a inclusão de legendas, janelas de intérprete de Libras e áudio descrição na programação das emissoras de televisão.

Na seção 4, buscamos apresentar a tradução e interpretação em contexto político em suas nuances, trazendo como referência algumas pesquisas que abordam o assunto, bem como alguns textos da legislação brasileira que esclarece sobre a acessibilidade de comunicação para pessoas surdas.

Na seção 5, apresentamos o campo da pesquisa, estabelecendo o percurso metodológico utilizado na pesquisa. Apresentamos também neste capítulo como é feito o tratamento dos dados da pesquisa de campo.

Na seção 6, encerramos as discussões sobre a área da tradução audiovisual de conteúdo político partidário, trazendo as provocações e os apontamentos para instigar novas possibilidades de maiores discussões e reflexões sobre o tema.

1. A PROFISSÃO DE TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS NO BRASIL

Desde a regulamentação da lei 10.436 de 24 de abril de 2002, pelo decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como um meio legal de comunicação no Brasil, a ampliação do número de profissionais tradutores e intérpretes da Língua de Sinais (TILS) foi significativa. Essa ampliação se deu, pois, a partir do momento em que a Língua de Sinais foi legalmente reconhecida, e políticas públicas implementadas como consequência, os surdos passaram a ter maior visibilidade perante a sociedade, e com isso a garantia do acesso à sua língua.

Hoje, dezesseis anos depois, vemos os avanços que ocorreram no âmbito da acessibilidade dos surdos na sociedade, principalmente quanto às garantias do acesso à Libras como direito linguístico dessa comunidade. Tal avanço se deve principalmente à organização, tanto da comunidade surda quanto dos TILS, com o objetivo de garantir que o trabalho desenvolvido por esses profissionais fosse de qualidade. Porém, ainda há um árduo caminho a ser percorrido, visto essa categoria não ter a mesma valorização que os intérpretes de línguas orais. Sobre isso, Carneiro destaca que “[...] os intérpretes de Libras no Brasil ainda não se veem como pertencentes ao grupo seletivo e socialmente prestigiado dos intérpretes de línguas orais” (CARNEIRO, 2017, p.2).

Na busca da valorização da profissão, ao longo dos últimos anos, congressos e outros encontros foram organizados a fim de discutir sobre a formação, atuação e especificidades desses profissionais. Assim, nesse capítulo buscamos apresentar um breve histórico sobre a profissão do TILS e os marcos legais referentes a esta profissão.

1.1 Um breve histórico sobre a profissão do tradutor e intérprete de Libras

Quando se busca sobre os primeiros trabalhos de tradução e interpretação da Libras no Brasil, não encontramos datas específicas, mas pesquisas destacam que essa atividade se constituiu principalmente de modo voluntário e em instituições religiosas, de modo que foi sendo valorizada enquanto atividade laboral na medida em que os surdos foram conquistando o seu exercício de cidadania (QUADROS, 2007).

De acordo com Lacerda (2010) várias religiões ofereciam catequese e formação em Libras para surdos, com o apoio de TILS. Outras pesquisas como a de Quadros (2007) demonstram que a função do TILS no contexto religioso vai além da própria prática

interpretativa pois envolve também o acolhimento do sujeito surdo nesse espaço e a conscientização da comunidade sobre a condição linguística e sensorial desse surdo.

Outras pesquisas, como a de Nascimento (2011) apontam que familiares de surdos também desempenhavam o papel de TILS “visto que antes da década de 1990 não existiam políticas inclusivas para pessoas com deficiência e nem profissionais que assumiam essa função”. Com o aumento da participação de surdos nas várias esferas da sociedade viu-se a necessidade de promover a profissionalização dos TILS.

Já na década de 1980 houve o início da organização profissional pelos TILS que organizaram no ano de 1988 o I Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais organizado pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), onde puderam trocar informações e discutir sobre a ética profissional. Houve ainda um segundo encontro de TILS, no qual foi aprovado o primeiro código de ética. Na década de 1990, o avanço nas discussões sobre a atuação destes profissionais foi tímido, tomando força apenas a partir da homologação da lei federal 10.436 de 24 de abril de 2002 que reconhece a Libras como uma das línguas oficiais do país (QUADROS, 2007).

No ano de 2005, com o Decreto 5.626, que regulamentou a lei acima apresentada, a oferta de cursos de formação se ampliou, na tentativa de garantir o que determinava o decreto. Os primeiros cursos foram na UNIMEP e na Estácio de Sá do Rio. Eram cursos superiores sequenciais. O primeiro curso de formação superior ofertado para a formação de tradutores/intérpretes de Libras foi oferecido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) na modalidade de Educação à Distância (EaD) com o objetivo de democratizar o processo de formação com abrangência nacional. A princípio, o curso de Letras Libras na modalidade EaD iniciou no ano de 2006, porém apenas Licenciatura. Tal curso foi promovido pela UFSC em parceria com outras oito instituições de ensino superior públicas do país (SANTOS, 2010). Os cursos de Bacharelado em Letras Libras para formação de tradutores e intérpretes de Libras tiveram início apenas em 2008. (QUADROS; STUMPF, 2015). Ainda segundo essas autoras

[...] a proposta do oferecimento na modalidade a distância apresentou um cunho multiplicador. O objetivo da formação desses profissionais em vários estados do Brasil garantiria a multiplicação de formadores em todo o território brasileiro. Esta área, por ser nova, não contava ainda com profissionais suficientes para seu desenvolvimento (QUADROS; STUMPF, 2015, p. 10).

Após a iniciativa da UFSC de oferecer os cursos de Letras Libras, outras instituições de ensino superior passaram a ofertar tal formação mais fortemente após o programa do governo federal Viver sem Limites lançado em 2011 que tinha como objetivo promover por meio por meio da articulação de políticas governamentais, o acesso à educação, inclusão social, atenção à saúde e acessibilidade.

Atualmente o acesso à formação para atuar como TILS está maior. A organização desses profissionais em associações e sindicatos também foi um importante passo para a valorização da profissão, e foi

[...] o movimento que o conjunto de associações estaduais construiu para a criação da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guias intérpretes de Língua de Sinais – FEBRAPILS, que aconteceu em agosto de 2008, com o propósito de lutar para a regulamentação da profissão no território nacional, além de integrar os intérpretes através das parcerias entre diversas associações (RUSSO, 2009, p.30).

Ainda hoje, muitos tradutores/intérpretes não possuem formação específica, pois apesar da ampliação da oferta do curso de Letras Libras bacharelado, ele ainda não supre a demanda de todo o território nacional. Assim muitos profissionais buscam formação por meio de cursos de tradução e interpretação ofertados por entidades relacionadas ao atendimento a pessoas surdas, como a FENEIS, o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e os Centros de Capacitação dos Profissionais de Educação e Atendimento à Pessoa com Surdez (CAS), que oferecem cursos e certificam a proficiência na língua de sinais.

1.2 O tradutor e intérprete de Libras: Legislação e regulamentação da profissão

Quando falamos de acessibilidade, documentos legais de algumas décadas atrás já tratavam do tema. Um exemplo um pouco mais recente é o da lei 10098, de 19 de dezembro de 2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência. Neste documento já abordava a Libras enquanto meio de comunicação das pessoas surdas, nas definições de comunicação:

IX - comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações (BRASIL, 2000).

Essa lei ficou conhecida como A Lei da Acessibilidade, e foi a partir dela que os veículos de comunicação passaram a oferecer conteúdos com legendas de forma a oportunizar o acesso do surdo, como podemos ver nos artigos 18º e 19º:

Art. 18. O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação.

Art. 19. Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens adotarão plano de medidas técnicas com o objetivo de permitir o uso da linguagem de sinais ou outra subtítuloção, para garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva, na forma e no prazo previstos em regulamento (BRASIL, 2000).

No entanto, a profissão de TILS como já destacado no capítulo anterior passou a ter maior visibilidade, principalmente com o decreto 5626 de 22 de dezembro de 2005. Neste documento, dentre outras providências, em seu capítulo V, que trata da formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, determina em seu artigo 17º que a formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa (BRASIL, 2005).

Porém, no artigo seguinte trata da formação do TILS em nível médio, ressaltado que “deve ser realizada por meio de: I - cursos de educação profissional; II - cursos de extensão universitária; e III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação” (BRASIL, 2005). Essas três últimas possibilidades de formação visava o prazo de dez anos, prazo que se considerou suficiente para que esses profissionais tivessem acesso à formação de nível superior.

Em 1º de setembro de 2010, foi promulgada a lei federal 12.319 regulamentando a profissão TILS. Ela trouxe além das competências e atribuições desse profissional, orientações para a formação profissional. Porém, esse decreto trata ainda da formação em nível médio, destacando as mesmas três possibilidades de formação já mencionadas no decreto 5.626/2005, o que gerou diversas discussões em associações e grupos de tradutores/intérpretes, visto ainda a falta de valorização da profissão.

Assim, a lei 12.319 é hoje um dos principais documentos como referência acerca da profissão do tradutor/intérprete de Libras. Segundo esta lei, em seu Art. 6º, são atribuições do TIL, no exercício de suas competências:

- I - efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;
- II - interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;
- III - atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;
- IV - atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas; e
- V - prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais (BRASIL, 2010).

Como vemos, esses documentos legais e em muitos trabalhos produzidos dão maior destaque para a área educacional, onde se destaca maior demanda pelo trabalho de tradução e interpretação da Libras. Porém existem outros contextos em que o profissional TILS atua. Esse trabalho nos mais variados contextos se deve principalmente pela legislação vigente do país, pois esta, como já destaca Machado e Feltes, tem

[...] o propósito de levar as instituições a cumprirem a inclusão social da acessibilidade comunicacional. [...] É importante que os espaços sociais (públicos) sejam também contemplados na inclusão social da pessoa surda, garantido o acesso à comunicação e à informação nesses espaços (MACHADO; FELTES 2015, p. 239).

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) em seu artigo 73 apresenta que é de responsabilidade do poder público, “diretamente ou em parceria com organizações da sociedade civil, promover a capacitação de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais habilitados em Braille, audiodescrição, estenotipia e legendagem” (BRASIL, 2015, s.p).

O TILS é também citado no documento da Convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência, no artigo 9 que trata da acessibilidade, no qual afirma que os países participantes devem tomar medidas para, dentre outras coisas, “oferecer formas de assistência humana ou animal e serviços de mediadores, incluindo guias, leitores e intérpretes profissionais da língua de sinais, para facilitar o acesso aos edifícios e outras instalações abertas ao público ou de uso público” (BRASIL, 2007, p.36).

Apesar da existência desse profissional já a algumas décadas, a profissão de tradutor e intérprete é relativamente nova, se analisarmos a partir de sua recente regulamentação. Devido a esta problemática, muitos TILS têm se organizado em associações a fim de lutar pela valorização da profissão, exigindo melhores condições salariais, valorização quanto à

formação e outras exigências relativas às funções desempenhadas por esses profissionais. Apesar da legislação buscar a efetivação da acessibilidade na comunicação por meio da Libras, faz-se necessária a reflexão também quanto a qualidade dessa acessibilidade, não só na área educacional, como em todos os contextos em que o surdo está inserido.

2. ESTUDOS DA TRADUÇÃO E A TRADUÇÃO AUDIOVISUAL

Para iniciarmos este trabalho, faremos uma breve apresentação sobre os estudos da tradução que utilizaremos como base para nossa reflexão ao longo do trabalho. Os estudos da tradução compreendem uma importante área de estudo no campo da Linguística. Entre os nomes que contribuíram para os estudos da tradução, podemos citar Roman Jakobson (1965) que aborda sobre a linguagem, os signos, a tradução e sua tipologia.

Para tanto, antes de nos determos à tradução propriamente dita, necessitamos entender do que se trata a semiótica, que é basicamente o estudo dos signos. Destacaremos aqui a Semiótica Pierciana, nome dado à teoria desenvolvida por Pierce (1839-1914). Em seus estudos, Pierce buscou entender os métodos de raciocínio das ciências lógicas e encontrar quais eram os pontos em comum entre elas. Ribeiro e Sousa destacam que a origem da palavra semiótica, “vem da raiz grega *semeion*, que significa signo. Assim a Semiótica é a ciência dos signos, a ciência geral de toda e qualquer linguagem verbal (oral ou escrita) e não-verbal” (2012, p.3).

A partir dessa definição, podemos entender que a linguagem é a forma de comunicação que utilizamos, e esta, se ramifica em vários sistemas sociais e históricos capazes de representar tudo que nos cerca. “A comunicação ocorre através de cores, fotos, gestos, danças, gráficos, sons e inúmeras maneiras, sendo o uso da língua (linguagem verbal) apenas uma dessas formas de produzir sentido e significação” (RIBEIRO; SOUSA, 2012, p.4).

Sobre a linguagem, Jakobson destaca que

[...] não há igualdade entre os diferentes sistemas de signos e que o sistema semiótico mais importante, a base de todo o restante, é a linguagem: a linguagem é de fato o próprio fundamento da cultura. Em relação à linguagem, todos os outros sistemas de símbolos são acessórios ou derivados. O instrumento principal da comunicação informativa é a linguagem (JAKOBSON, p.11, 1975).

Ainda segundo Jakobson, “o significado de um signo linguístico não é mais que sua tradução por um outro signo que lhe pode ser substituído, especialmente um signo ‘no qual ele se ache desenvolvido de modo mais completo’” (p.42). Para ele, a linguagem em sua função cognitiva depende pouco do sistema gramatical, “[...] o nível cognitivo da linguagem

não só admite, mas exige a interpretação por meio de outros códigos, a recodificação, isto é, a tradução”. (JAKOBSON p.46, 1975).

De acordo com o Pierce, as coisas existem, ou fazem sentido a partir da reação, interpretação que o destinatário faz da mensagem de um emissor (CUNHA, 2010, p. 58).

A partir da compreensão do que é semiótica, acreditamos que a tradução não pode ser tomada como uma mera tradução de texto, pois como já destaca Fanaya (2016), a comunicação é parte integrante da prática de tradução. Assim por meio da semiótica é possível interpretar e compreender palavras que formam um texto linguístico e ainda atribuir um significado para a mensagem que se pretende transmitir.

O ato de traduzir já existe a muito tempo, desde o início em que se iniciaram os registros da civilização e esses precisavam ser transpostos de uma língua para outra. Exemplo mais claro disso é a tradução da bíblia para várias línguas. Desse modo, já há muito tempo a tradução é uma importante ferramenta de registro e compartilhamento de conhecimento, porém ela se tornou um campo de estudo apenas na metade do século XX quando passou a ser reconhecida como campo acadêmico. Segundo Silva,

Em 1972 no 3º Congresso Internacional de Lingüística Aplicada, realizado em Copenhague, o pesquisador e estudioso James S. Holmes propôs a criação de uma nova disciplina a qual foi chamada de Estudos da Tradução, sua proposta estava voltada para os problemas relacionados ao fenômeno da tradução como processo e como produto (2015, p.36).

Rodrigues em sua tese traz a definição dos Estudos da Tradução por alguns autores, como cabe destacar a definição por Baker (1998) “[...] definindo os ET como um campo de conhecimento acadêmico que tem como objetivo investigar a tradução, sendo que o termo tradução refere-se à tradução literária e não literária, à interpretação, à dublagem e à legendagem” (RODRIGUES, 2013. p.19). Ainda segundo Rodrigues (2013) os pesquisadores Holmes (1972) e Williams e Chesterman (2002), “[...] construíram um mapeamento dos Estudos da Tradução em áreas e subáreas, de acordo com a diversidade de abordagens da tradução e do ato de traduzir” (RODRIGUES, 2013. p.19).

Já os Estudos da Interpretação são duas décadas mais jovem do que a área de Estudos da Tradução, ou seja, ainda é uma área de estudos em crescimento no Brasil. Quental, Sanches e Araújo (2017) destacam que Daniel Giles foi o primeiro pesquisador a utilizar o termo “Estudos da Interpretação”, e pontuam que os artigos publicados até hoje nessa área refletem a “[...] preocupação com elementos de pesquisa, formação e aperfeiçoamento profissional, lançando luz sobre diferentes recursos técnicos da interpretação, incluindo

aspectos lexicais e sintáticos de pares específicos de idiomas e o próprio veículo da interpretação de línguas orais, a fala” (QUENTAL; SANCHES; ARAÚJO, 2017, p. 2).

Dessa maneira, compreendemos que hoje existe uma gama de pesquisas que apresentam diversas áreas e subáreas dentro do campo dos Estudos da Tradução, sendo duas dessas, as que destacaremos nessa pesquisa: a tradução audiovisual e a tradução política.

As pesquisadoras Frota e Martins (2011) apresentam em suas pesquisas a tradução audiovisual para Línguas de Sinais, salientando o caminho que a tradução percorreu para hoje ser um meio de acessibilidade.

O primeiro consiste — sobretudo graças ao recurso que se fez à tipologia proposta por Roman Jakobson em meados do século passado — na consolidação, como atividades tradutórias, das transformações interlinguais audiovisuais, as quais se dão a ver apenas na oralidade ou na combinação oralidade-escrita. O segundo momento, igualmente ou mais radical em seu abalo da noção jakobsoniana de “tradução propriamente dita” — ao trabalhar com transformações intersemióticas e intralinguais, a audiodescrição e a legenda para surdos e ensurdecidos —, pode ser entendido como fase inicial de uma reviravolta: a transformação da tradução, termo e conceito, em acessibilidade (FROTA; MARTINS, 2011, p.01-02)

A partir desses apontamentos passamos então a discorrer de forma mais detalhada sobre a tradução e a interpretação, e posteriormente trazer a discussão a tradução audiovisual como campo de pesquisa nos estudos da tradução.

2.1 Entendendo o que é tradução e interpretação

Para prosseguirmos em nosso trabalho, é necessário apresentar os conceitos de tradução e interpretação, além de suas particularidades, ainda que brevemente. No campo dos Estudos da Tradução estão os Estudos da Interpretação, que para muitos autores tem o mesmo significado. Entendemos aqui que a interpretação envolva um processo de tradução, mas “[...] no sentido geral desse termo, grande parte dos teóricos e profissionais da área da tradução utiliza os termos tradução e interpretação para se referir a duas atividades distintas” (NICOLOSO; HEBERLE, 2015, p.198).

Aproximadamente até o século XI, quem fazia tradução, tanto oral, quanto escrita era chamado intérprete. A partir do século XII, começa-se a falar de intérprete como aquele que faz tradução oral, ou seja, interpretação, e de tradutor, como aquele que faz tradução escrita. (GUERINI; PEREIRA, 2006, p.26).

Segundo Pagura (2003, p. 210), “o tradutor trabalha com a palavra escrita e o intérprete com a palavra falada”. Portanto, o intérprete atua com a forma oral ou gestual e instantânea ou consecutiva de tradução, já o tradutor, que trabalha com o texto escrito, sempre terá mais tempo para consultar os instrumentos do ofício (dicionários, livros, internet etc.), diferentemente do intérprete (RODRIGUES, 2013). A tradução e interpretação apresentam modalidades distintas de atuação entre os profissionais, implicando também em diferentes condições de trabalho em virtude do ritmo e do tempo (NICOLOSO; HEBERLE, 2015, 199).

Porém, de acordo com Pöchhacker (2004),

a interpretação não precisa estar ligada, necessariamente, à tradução oral. Ele afirma que se considerarmos o aspecto de tempo da interpretação, é possível diferenciá-la de outras formas de tradução, sem se recorrer à dicotomia oral versus escrito. Assim, pelo conceito de interpretação trazido por Pöchhacker (2004), percebe-se que ela se diferencia da tradução a partir do simultâneo ou imediato (NICOLOSO; HEBERLE, 2015, p.199).

Nesse trabalho, consideramos que a tradução e a interpretação em língua de sinais são ações semelhantes, porém, distintas. Para tanto, em se tratando da interpretação também ser uma forma de tradução, utilizaremos o termo “interpretação” para referir o ato em si, e o termo “tradução” de modo genérico.

Ao buscarmos a definição de tradução, encontramos alguns resultados. A palavra traduzir deriva do latim *traducere* e em alguns dicionários encontramos definições como: conduzir além, transferir, revelar, explicar, manifestar, explanar, representar, simbolizar.

Segundo Bassnett, “ [...] a tradução não é somente a transferência de textos de uma língua para outra, ela é hoje corretamente vista como um processo de negociação entre textos e entre culturas, um processo em que ocorrem todos os tipos de transações mediadas pela figura do tradutor” (BASSNETT, 2003, p. 9).

No campo dos estudos da tradução destacamos três tipos de tradução segundo Roman Jakobson: a tradução intralingual, a tradução interlingual, e a tradução intersemiótica. Esses três tipos de tradução devem ser diferentemente classificados:

- 1) A tradução intralingual ou reformulação (rewor-ding) consiste na interpretação dos signos verbais por meio de outros signos da mesma língua.
- 2) A tradução irterlingual ou tradução propriamente dita consiste na interpretação dos signos verbais por meio de alguma outra língua.
- 3) A tradução inter-semiótica ou transmutação consiste na interpretação dos signos verbais por meio de sistemas de signos não-verbais. (GUERINI; PEREIRA, 2006, p.43)

A tradução que nos detemos aqui é a tradução interlingual, ou tradução propriamente dita. Segundo Schleiermacher “[...] o ato de traduzir é um ato de entender e, conseqüentemente, como qualquer ato de entendimento pode ser entendido como ato de tradução”. Para Jakobson

[...] no nível da tradução interlingual, [...] ao traduzir de uma língua para outra, substituem-se mensagens em uma das línguas, não por unidades de códigos separadas, mas por mensagens inteiras de outra língua. Tal tradução é uma forma de discurso indireto: o tradutor recodifica e transmite uma mensagem recebida de outra fonte. Assim, a tradução envolve duas mensagens equivalentes em dois códigos diferentes (JAKOBSON, 1975, p. 65).

No campo da tradução, como já afirmamos anteriormente, estão os estudos da interpretação, no qual reconhecemos duas modalidades mais reconhecidas pelos pesquisadores: a interpretação simultânea e a consecutiva. Vale lembrar que a “[...] interpretação, existiu desde o início do surgimento das línguas e do contato entre povos de línguas diferentes, desempenhando um papel importante nas trocas comerciais e culturais [...]” (GUERINI; PEREIRA, 2006, p.26).

Pagura nos apresenta a distinção entre esses dois tipos de interpretação:

Embora não haja dúvidas de que a interpretação simultânea e a consecutiva envolvam um processo de tradução, no sentido mais amplo do termo – a conversão de uma mensagem de um idioma para outro e de uma cultura para outra –, a maioria dos teóricos e dos praticantes das duas áreas reserva o uso dos termos mencionados acima para duas atividades diferentes (PAGURA, 2003, p.210).

Este autor descreve cada um desses modos de interpretação, sendo a modalidade consecutiva “[...] aquela em que o intérprete escuta um longo trecho de discurso, toma notas e, após a conclusão de um trecho significativo ou do discurso inteiro, assume a palavra e repete todo o discurso na língua-alvo, normalmente a sua língua materna”, já na interpretação simultânea

[...] os intérpretes – sempre em duplas – trabalham isolados numa cabine com vidro, de forma a permitir a visão do orador e recebem o discurso por meio de fones de ouvido. Ao processar a mensagem, expressam-na na língua de chegada por meio de um microfone ligado a um sistema de som que leva sua fala até os ouvintes, por meio de fones de ouvido ou receptores semelhantes a rádios portáteis. Essa modalidade permite a tradução de uma mensagem em um número infinito de idiomas ao mesmo tempo, desde que o equipamento assim o permita. A interpretação simultânea não ocorre, de fato, simultaneamente à fala original, pois o intérprete tem necessidade de um espaço de tempo para processar a informação recebida e reorganizar sua

forma de expressão. Esse breve espaço de tempo recebe o nome tradicional de “d calage”, termo franc s usado em todo o mundo (PAGURA, 2003, p.212).

Sobre a interpreta o simult nea Silva destaca que “[...] no ato interpretativo todas as informa es tanto de vocabul rio como de express es precisam estar dispon veis a priori, uma vez que consultas e reflex es pausadas n o s o poss veis pela caracter stica simult nea que esse processo carrega” (SILVA, 2015, 40).

Ap s essa defini o de conceitos e explana o das modalidades tanto de tradu o quanto de interpreta o, partiremos para um dos temas espec ficos dessa pesquisa, que   a tradu o audiovisual enquanto campo de pesquisa nos Estudos da Tradu o.

2.2 A tradu o audiovisual como campo de pesquisa nos estudos da tradu o

A partir do mapeamento realizado por Willians e Chesterman (2002) a tradu o audiovisual passa a ser vista como um dos campos dos Estudos da Tradu o. Franco e Ara jo (2011) lembram que Yves Gambier foi um dos primeiros pesquisadores a se debru ar sobre a tradu o audiovisual, e apontam que

[...] os primeiros estudos na  rea se referiam ao termo “tradu o de filmes” ou film translation porque enfatizavam o cinema, a tela grande. Desde o momento em que o VHS se tornou popular, no final dos anos 1980s, e a aten o foi deslocada para a tradu o realizada nesse meio, o termo “tradu o audiovisual” (TAV) ou audiovisual translation (AVT) passou a vigorar. “Audiovisual” significava o cinema, a televis o, o v deo e, curiosamente segundo Gambier, at  mesmo o r dio, chamando assim a aten o para a dimens o multissemi tica de todos os programas transmitidos. (FRANCO; ARA JO, 2011, p.1).

Os tipo de tradu o audiovisual (TAV) elencados por de Yves Gambier s o: legendagem interlingu stica ou legenda aberta, legendagem bil ngue, dublagem, dublagem intralingual, interpreta o consecutiva, interpreta o simult nea, interpreta o de sinais, dublagem, coment rio livre, tradu o   prima vista ou simult nea, produ o multilingu stica, legendagem intralingu stica ou closed caption, tradu o de roteiro, legendagem ao vivo ou em tempo real, supra legendagem ou legendagem eletr nica e audiodescri o, nessa ordem (FRANCO; ARA JO, 2011).

Para Yves Gambier as pr ticas audiovisuais s o podem ser vistas como tradu o se estas n o forem pensadas “[...] como simples transfer ncia palavra por palavra, mas como um conjunto de estrat gias que incluem resumo, par frase etc. Nesta perspectiva a no o de texto

se expande e inclui outros sistemas semióticos que também são partícipes da construção dos significados” (COSTA, 2011, p.2). Gambier considera que se concebemos a tradução enquanto mediação, esta deve ser concebida no espaço de adequações, ou seja, adaptações.

Outro pesquisador importante de se destacar no campo da tradução audiovisual é Jorge Díaz-Cintas, outro grande defensor da tradução no campo da TAV, como adaptação. Ele classificou a TAV como uma das mais importantes atividades da atualidade, por sua capacidade de atingir um elevado público, porém, de encontro a isso, ele destaca que é uma área de poucos estudos, “situando-se em um lugar “marginal” ou “subordinado”, provavelmente devido à noção corrente de tradução”. O embate travado por Diaz-Cintas em favor da aceitação das modalidades de TAV nos Estudos da Tradução se deve ao entendimento de que a adaptação é uma prática inferior à tradução. Para Diaz-Cintas apud Costa, “[...] na maioria dos debates acadêmicos, o termo ‘adaptação’ parece ter assumido uma conotação pejorativa, de inferioridade em relação ao conceito de tradução” (COSTA, 2011, p.2).

A partir do texto *Translation and Adaptation de Johnson* (1984), discute-se sobre a fidelidade *versus* criatividade, de maneira que, o grau de exigência mental é diferente, apesar de a tradução e a adaptação operarem em níveis semelhantes. “A adaptação seria mais flexível e criativa do que a tradução, mas menos fiel, já que há maior espaço para modificação ou perda de informação. A tradução por sua vez seria mais exaustiva, por requerer maior rigor e fidelidade ao texto original” (COSTA, 2011, p.5). A nosso ver, no campo de tradução das línguas de sinais, a TAV é para além de tradução, uma adaptação.

Díaz-Cintas nos leva a refletir para além da acessibilidade em si, mas também pensando em quem promove a mesma, “[...] contrariamente ao que acontece no terreno da tradução (tradutor) e da interpretação (intérprete)” (DÍAZ-CINTAS, 2007) . Para tanto, ele destaca o termo “acessibilizador”, para atribuir ao especialista em acessibilidade.

As práticas mais conhecidas na TAV pelo público das mídias são a dublagem e a legendagem, mas como já mencionado acima pelas autoras Franco e Araújo, existem muitas outras práticas neste campo. “A mudança de língua que acontece em todos esses casos foi um fator decisivo para nomear essas práticas como tradução” (FRANCO; ARAÚJO, 2011, p.3).

Destacaremos a seguir os conceitos das principais práticas no TAV, como a legenda, a legenda oculta ou closed caption como é mais conhecida, a dublagem e a audiodescrição. A TAV por meio da Libras será discutida no capítulo seguir, por isso não a citamos aqui. Sobre a legenda e o closed caption, podemos dizer que

As legendas são palavras impressas que aparecem na parte inferior da tela da TV (como legendas que traduzem os diálogos nos filmes estrangeiros). [...] Na década de 1980, um outro sistema foi desenvolvido, permitindo que o telespectador escolhesse a exibição da legenda na tela da TV. Esse tipo de sistema é chamado legenda oculta ou fechada... A legenda é uma ferramenta importante para as pessoas surdas, pois permite a elas ter o mesmo acesso às informações públicas, à comunicação de emergência e ao entretenimento. Os dados indicam que as pessoas surdas utilizam as legendas. Elas gastam cerca de 84% de seu tempo lendo as legendas, 14% assistindo às imagens do filme e apenas 2% não assistem aos filmes. (SMITH, 2008, p.322 - 23)

De acordo com a NBR 15.290, a dublagem é a tradução de programa originalmente falado em língua estrangeira, com a substituição da locução original por falas em língua portuguesa, sincronizadas no tempo, entonação, movimento dos lábios dos personagens em cena, etc. (NBR 15290, 2005). Já a audiodescrição compreende “[...] uma locução, em língua portuguesa, sobreposta ao som original do programa, destinada a descrever imagens, sons, textos e demais informações que não poderiam ser percebidos ou compreendidos por pessoas com deficiência visual” (NBR 15290, 2005). Ainda sobre a audiodescrição, Smith explica que

A audiodescrição permite que as pessoas com deficiências visuais graves apreciem jogos, filmes, televisão e vídeos. Com a audiodescrição, eles ouvem a narração das pistas visuais e das informações não-verbais apresentadas na tela ou no palco. Esse sistema, inicialmente desenvolvido para a televisão por Margaret Pfanstiehl, usa um canal de som adicional, disponível nas televisões estéreo, para descrever os aspectos (vestimentas, cenas, ambientes, linguagem corporal) importantes para um completo entendimento da história (SMITH, 2008, p. 349 - 50).

Desse modo, a tradução audiovisual no âmbito acadêmico se alia com os Estudos da Tradução ao mesmo tempo em que oferece maior visibilidade para a atividade tradutória de modo geral, havendo, então, um ganho recíproco. No próximo capítulo iremos aprofundar mais o estudo sobre as principais práticas da TAV na língua de sinais, a saber: a legendagem, o closed caption e a interpretação.

3. A ATUAÇÃO DE TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LIBRAS EM CONTEXTO AUDIOVISUAL

Segundo o IBGE de 2010, há no Brasil, 9.717.318 pessoas com deficiência auditiva. Dessas, 344.206 “[...] não conseguem ouvir de modo algum - para a pessoa que declarou ser permanentemente incapaz de ouvir” (BRASIL, 2010). Essas pessoas se encontram excluídas de diversas formas, de várias dimensões da vida social e produtiva.

Por isso destacamos neste trabalho, a importância e a necessidade da acessibilidade televisiva para essa parcela da população, constituindo um direito do cidadão com deficiência e um dever do estado em promover a democratização do acesso às informações, à cultura, ao lazer e a igualdade de direitos. Já dizia Nascimento e Santos que

[...] a essência da democracia compreende a promoção da igualdade de condições para a efetiva participação nas atividades políticas. Uma sociedade democrática deve, portanto, ter suas instituições empenhadas em promover a igualdade de condições de participação política de seus membros” (NASCIMENTO; SANTOS, 2017, p.128).

Partindo dessa premissa, compreendemos que a promoção do acesso igualitário aos meios de comunicação é uma das obrigações do Estado, oportunizando com isso, “[...] condições de promoção da igualdade de participação efetiva na vida política dos regimes democráticos” (NASCIMENTO; SANTOS, 2017, p.130).

Desse modo, entendemos que a disponibilização dos recursos de acessibilidade audiovisual é primordial para assegurar a democracia por meio da inclusão e interação sociocultural dos sujeitos que necessitam dessa acessibilidade.

A televisão se mostra nesse contexto, um dos mais importantes veículos de informação, é o que afirma Cunha (2010) ao destacar que nos últimos cinquenta anos de história, a televisão está presente em praticamente todos os lares brasileiros, trazendo para dentro das casas o fascínio que as imagens em movimento provocam nas pessoas. Ela ainda conclui que

Se a televisão une o áudio ao visual para dar sentido à sua mensagem, a pessoa surda, para entender o que está sendo transmitido pela tevê, precisará de recursos visuais que irão corresponder à mensagem auditiva/sonora que nós ouvintes recebemos. Então, toda fala e todo som devem ser traduzidos para uma linguagem visual, deste modo a legenda ou a língua de sinais representarão a linguagem sonora da tevê. [...] Portanto é a capacidade visual da pessoa surda que vai dar sentido à mensagem televisiva a qual ela irá

assistir e os recursos como a Libras e a legenda se tornam essenciais na tradução do elemento sonoro desta mensagem. (CUNHA, 2010, p.42).

A partir desses destaques apresentaremos a seguir alguns recursos específicos da TAV para o público surdo.

3.1 Acessibilidade para surdos na televisão: legendas e a janela de Libras

Até algum tempo atrás, compunha a tradução audiovisual a legendagem, a dublagem e o voice-over. Porém, com o novo cenário criado com o avanço tecnológico, novos recursos surgiram nesse campo, para promoção da acessibilidade na TAV. Foi assim que surgiu a legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE) como Díaz-Cintas menciona em seus estudos, e bem mais recentemente, a audiodescrição (AD), destinada ao público cego e com deficiência visual.

Complementar a isso, as autoras Franco e Araújo apontam que a legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE) é a tradução do inglês SDH (Subtitling for the deaf and the hard-of-hearing), termo criado por Selvatici (2010) e por membros da sua banca de mestrado. E continuam ao fazer a seguinte afirmação:

Não estamos utilizando closed caption para nos referirmos à legendagem para surdos, porque, ao contrário do que muitas pessoas pensam, closed caption não é sinônimo de “legenda para surdos”. Esta consiste em um sistema de legendagem fechada ou oculta (o espectador precisa acessá-la no seu controle remoto do aparelho de TV ou DVD) em oposição à legendagem aberta. Closed caption é um modelo norte-americano de legendagem usado em muitos países, inclusive no Brasil. (FRANCO; ARAÚJO 2011, p. 7)

Assim, podemos dizer que legendagem para surdos é a tradução das falas de uma produção audiovisual para forma de texto escrito, porém inserindo a identificação dos personagens, de efeitos sonoros que ocorrem na cena apresentada, como já ocorre em grande parte da programação televisiva. Esta legendagem pode ocorrer entre línguas de uma mesma modalidade, como duas línguas orais, entre línguas de modalidades diferentes como entre uma língua oral e outra de sinais ou dentro da mesma língua. “Outro termo ligado à LSE é *respeaking*, ou seja, é a legendagem ao vivo feita por meio de um programa de reconhecimento de voz. O sistema é bastante utilizado em canais de TV da Europa” (FRANCO; ARAÚJO 2011, p. 7)



Figura 1 – Uso do closed caption

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=ZQzIXco95VM>

A janela de interpretação de Língua de Sinais é o espaço no qual ocorre a tradução entre uma língua oral e outra língua de sinais ou entre duas línguas de sinais. Tal trabalho é realizado pelo TILS.



Figura 2 – Janela de Libras

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=TFPMGIX53Z0>

Com esse recurso, o conteúdo da produção audiovisual transmitida é traduzido num quadro que normalmente, se encontra no canto inferior esquerdo da tela, exibido simultaneamente a tradução.

A oferta de acessibilidade deve considerar que a escolha dos tipos de recursos a serem usados para um acesso efetivo deve ser feita pelo próprio surdo. Pode existir o surdo ensurdecido, que tem preferência exclusiva pela legenda em língua oral escrita, e em outro extremo o surdo que não possui referências à língua oral e prefere usar a LS [língua de sinais] para sua comunicação. (BRITO, 2012, p. 289).

Na literatura, encontramos autores que tratam do intérprete de Libras que atua em campanha partidária televisiva como intérprete audiovisual, como podemos destacar na fala de Silva:

Há participação de TILS audiovisuais também em campanhas político partidárias e a procura por esses profissionais se intensifica no período eleitoral, mais uma vez uma fatia do mercado que valoriza o profissional intérprete audiovisual e essa relação profissional estende-se além de grandes cidades e capitais também às cidades do interior (SILVA, 2015, p.34).

A nova realidade quanto à acessibilidade para surdos em vídeos de campanhas partidárias estabelecida pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI), fez com que uma diversidade de formatos, tipos, cores, tamanhos de janelas fossem inseridas nas propagandas partidárias obrigatórias e nos debates promovidos pelas diferentes emissoras de televisão. Acerca disso, apresentaremos na próxima seção as normas técnicas que regulamentam a utilização dos recursos de acessibilidade na TAV.

3.2 Questões técnicas da tradução audiovisual e acessibilidade

Apesar da disponibilização dos recursos por meio da tradução audiovisual, verificamos ainda o não cumprimento da Norma Brasileira (NBR) 15290 aprovada e publicada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2005). A NBR 15.290 recentemente foi atualizada e apresenta orientações sobre atuação do tradutor e do intérprete de Libras e do uso da “janela de Libras”. De acordo com a nota lançada pela Febrapils, “[...] existem procedimentos que devem ser respeitados e executados para a qualidade da apresentação do texto em Libras e para a garantia da acessibilidade das pessoas surdas que fazem uso deste recurso” (FEBRAPILS, 2016, p.4).

A Norma Complementar nº 01/2006 do Ministério das Comunicações trata dos recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão. Ela conceitua a Legenda Oculta como: “corresponde a transcrição, em língua portuguesa, dos diálogos, efeitos sonoros, sons do ambiente e demais informações que não poderiam ser percebidos ou

compreendidos por pessoas com deficiência auditiva”, e define a janela de Libras sendo: “espaço delimitado no vídeo onde as informações são interpretadas na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)” e ainda acrescenta no item 5.3 que

Os programas que compõem a propaganda político-partidária e eleitoral, bem assim campanhas institucionais e informativos de utilidade pública veiculados pelas pessoas jurídicas concessionárias do serviço de radiodifusão de sons e imagem, bem como as pessoas jurídicas que possuem permissão ou autorização para executar o serviço de retransmissão de televisão, deverão conter janela com intérprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), cuja produção e ou gravação ficarão ao encargo e sob a responsabilidade dos Partidos Políticos e ou dos respectivos Órgãos de Governo aos quais se vinculem os referidos programas (BRASIL, 2006).

A NBR 15290 descreve detalhadamente as normas para uso dos recursos de acessibilidade. Apresentamos aqui as orientações para a captação, edição e exibição da janela de LIBRAS. Quanto ao estúdio de gravação:

O local onde será gravada a imagem do intérprete da LIBRAS deve ter:

- a) espaço suficiente para que o intérprete não fique colado ao fundo, evitando desta forma o aparecimento de sombras;
- b) iluminação suficiente e adequada para que a câmera de vídeo possa captar, com qualidade, o intérprete e o fundo;
- c) câmera de vídeo apoiada ou fixada sobre tripé fixo;
- d) marcação no solo para delimitar o espaço de movimentação do intérprete (NBR 15290, 2005).

A partir desses itens apresentados, podemos compreender que a janela de tradução, não se trata apenas ao ato de traduzir, mas de seguir orientações para que o produto final tenha um resultado com qualidade. Quanto à janela com intérprete da Libras:

- a) os contrastes devem ser nítidos, quer em cores, quer em preto e branco;
- b) deve haver contraste entre o pano de fundo e os elementos do intérprete;
- c) o foco deve abranger toda a movimentação e gesticulação do intérprete;
- d) a iluminação adequada deve evitar o aparecimento de sombras nos olhos e/ou seu ofuscamento (NBR 15290, 2005).

Com relação ao recorte da imagem do interprete de Libras na tela:

- a) a altura da janela deve ser no mínimo metade da altura da tela do televisor;
- b) a largura da janela deve ocupar no mínimo a quarta parte da largura da tela do televisor;
- c) sempre que possível, o recorte deve estar localizado de modo a não ser encoberto pela tarja preta da legenda oculta;
- d) quando houver necessidade de deslocamento do recorte na tela do televisor, deve haver continuidade na imagem da janela (NBR 15290, 2005).

A partir desses itens elencados acima, podemos dizer que tais regras não são seguidas, de maneira que a maioria das janelas com intérprete de Libras são inseridas na programação com tamanho inferior ao imposto pela norma, muitas vezes não sendo nem possível compreender o que está sendo sinalizado.

Quanto aos requisitos para a interpretação e visualização da LIBRAS a norma orienta que:

- a) a vestimenta, a pele e o cabelo do intérprete devem ser contrastantes entre si e entre o fundo. Devem ser evitados fundo e vestimenta em tons próximos ao tom da pele do intérprete;
- b) na transmissão de telejornais e outros programas, com o intérprete da LIBRAS em cena, devem ser tomadas medidas para a boa visualização da LIBRAS;
- c) no recorte não devem ser incluídas ou sobrepostas quaisquer outras imagens (NBR 15290, 2005)

No que se refere à legenda, esta norma traz inúmeras orientações para legenda oculta em texto e para a legenda oculta pré-gravada. Essas orientações tratam dos alinhamentos, caracteres, fundo, número de linhas, posicionamento do texto, uso de sinais e símbolos, a sincronia, identificação dos personagens, simbolização de efeitos sonoros, dentre outros. Porém após a atualização desta norma, o texto referente à acessibilidade por meio da janela de Libras apenas consta que

A geração de LIBRAS poderá ser feita por diferentes métodos, entre eles: a) Janela de libras incorporada ao vídeo original: o vídeo do programa já contém a janela de LIBRAS sobreposta ao conteúdo original, inserida pelo próprio produtor do conteúdo, de forma que o telespectador não tem controle sobre a manipulação desta janela, em conformidade com a ABNT NBR 15604. b) Intérprete virtual (modelo tridimensional computadorizado): É a representação gráfica do responsável por executar a tradução, de forma que o telespectador tenha controle sobre a manipulação desta janela, em conformidade com a ABNT NBR 15610 e ABNT NBR 15604; c) Vídeo secundário: um segundo fluxo elementar de vídeo é enviado em conjunto com o vídeo da programação principal. O vídeo secundário exibirá apenas um intérprete de LIBRAS realizando a tradução, que poderá ser ou não um intérprete virtual, de forma que o telespectador tenha controle sobre a manipulação desta janela, em conformidade com a ABNT NBR 15610 e ABNT NBR 15604 (NBR 15.290, 2016).

Como já mencionado anteriormente, os programas de campanhas político-partidárias se enquadram enquanto órgãos na observância da NBR 15290. Desse modo, os partidos políticos e/ou coligações devem garantir a acessibilidade em todos os vídeos veiculados na mídia. Abordaremos melhor sobre esse assunto no capítulo seguinte.

4. A ATUAÇÃO DE TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LIBRAS EM CONTEXTO POLÍTICO

De acordo com o IBGE de 2010, das 344.206 pessoas com surdez severa a profunda (possíveis falantes da Língua de Sinais), 291.740 são maiores de quinze anos (IBGE, 2010). Podemos inferir com esses dados, que existe um número muito grande de pessoas surdas sem a acessibilidade necessária para exercer seus direitos como cidadão, inclusive o direito da participação efetiva, igualdade de voto, aquisição de entendimento esclarecido, exercer o controle definitivo do planejamento, - critérios elencados por Dahal (2001) quando trata do conceito de democracia. Este autor nos apresenta o conceito de democracia que segundo ele pode ser resumido na “[...] existência de condições capazes de “satisfazer a exigência de que todos os membros estejam igualmente capacitados a participar nas decisões da associação sobre sua política” (DAHAL, 2001, p.49). Ele destaca que a essência desse conceito de democracia é a “participação efetiva”, estando essa associada a cinco critérios: a participação efetiva, igualdade de voto, aquisição de entendimento esclarecido, exercer o controle definitivo do planejamento e a inclusão dos adultos.

Em todo o Brasil no ano de 2016, os Fóruns Eleitorais exigiram e fiscalizaram no período da campanha política partidária, as propagandas obrigatórias na televisão, exigindo quanto à acessibilidade, a inclusão do closed caption, a legenda, e a presença da janela do intérprete de Libras.

Em uma primeira pesquisa percebemos que há pouca produção desenvolvida acerca da TAV de conteúdo político partidário, por ser ainda recente a presença do TILS neste contexto. O trabalho de tradução e interpretação nas campanhas políticas televisivas já foi realizado em anos anteriores, porém, apenas por alguns candidatos, uma vez que não havia a obrigatoriedade legal.

O trabalho do TILS em contexto político abrange dentre outras funções, a participação às reuniões partidárias, comícios, visitas e propaganda política obrigatória na televisão, sendo esta última, o foco principal do nosso trabalho. Apesar deste trabalho ter ganhado destaque recentemente, ele já é desenvolvido a um bom tempo como aponta a pesquisa de Silva (2015):

não se tem ao certo, qual foi a primeira inserção de língua de sinais na TV brasileira ou qual foi o primeiro programa acessível para surdos na TV

brasileira e quem foi o profissional que atuou no mesmo. Contudo, uma das aparições mais remotas de intérprete audiovisual que se tem registro foi realizada por Paulo Favalli nas eleições de 1989, interpretando a propaganda política do então candidato à presidência da República Guilherme Afif Domingos (SILVA, 2015, p.50).

Dentro do contexto político podemos nos deparar tanto com a tradução, quanto com a interpretação, seja esta consecutiva ou simultânea por abranger diversas situações de atuação. No que concerne a TAV de conteúdo político partidário, os órgãos responsáveis pelas campanhas políticas, precisam estar atentos às normas que detalhamos no capítulo anterior. Assim,

[...] a justiça eleitoral, os candidatos, os partidos, os assessores de comunicação e marketing e as produtoras de vídeos precisam entender e serem alertados de que o cumprimento da Resolução ocorre de fato quando a função de acessibilidade dos recursos disponibilizados é alcançada; não basta cumprirem colocando o recurso, se a péssima qualidade não permite aos usuários, que deles necessitam, a compreensão (NASCIMENTO; SANTOS, 2017, p.131-132)

Como pudemos observar na última eleição, a grande maioria dos partidos atenderam as orientações legais de acessibilidade, porém de forma parcial, uma vez que os critérios estabelecidos na NBR 15290 não foram obedecidos por todos. Vale destacar aqui o tamanho da janela, que se muito pequena, não permite o entendimento das palavras digitadas ou dos sinais.



Figura 3 – Janela de Libras em campanha político-partidária
Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=gQLdSzmzgPc>

Alguns autores criticaram a acessibilidade da última campanha política. Segundo eles “[...] as legendas das propagandas eleitorais gratuitas foram colocadas como legenda aberta, que é aquela já integrada ao conteúdo, e difere da legenda oculta (closed caption), que só passa a aparecer na tela quando acionado pelo telespectador usuário do recurso” (NASCIMENTO; SANTOS, 2017, p. 131). Por se tratar da primeira eleição em que os partidos políticos tiveram que se adequar à lei, realmente é passível de erros. No entanto, tais erros não devem ser admitidos nas próximas eleições, devendo ser fiscalizado e cobrado a adequação às normas. Nas palavras de Faria e Silva (2016), o que se espera, são melhorias, como resposta à militância da comunidade surda, unida à de todos os profissionais que trabalham com surdez, em marcha pela gestão e efetivação de políticas públicas comprometidas com a causa surda que, dentre outras coisas, trata a questão da acessibilidade.

4.1 Problematizando o trabalho do tradutor e intérprete nesse contexto

A partir do ano de 2015, com a aprovação da Lei 13.146, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) ou ainda LBI, e aprovação da Resolução nº 23.457 de 15 de dezembro de 2015, que dispõe sobre propaganda eleitoral, utilização e geração do horário gratuito e condutas ilícitas em campanha eleitoral nas eleições de 2016, o profissional tradutor e intérprete de Libras passou de opcional para obrigatório, tantos em propagandas quanto em debates políticos. Segundo a Lei 13.146/15 – a Lei Brasileira de Inclusão ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, é considerado crime

a discriminação em razão da deficiência toda a forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos ou das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas (BRASIL, 2015).

Após a determinação por lei, a fim de eliminar as barreiras de acesso à comunicação no contexto político, houve a contratação do TILS, que foi feita pelos partidos políticos e emissoras de televisão, muitas vezes, sem conhecimento do papel e formação desse profissional. Atualmente, a demanda pelo trabalho desse profissional em período eleitoral aumentou muito, depois da aprovação desses documentos legais, cobrando a obrigatoriedade de acessibilidade nos serviços de radiodifusão e debates políticos. Como já citado, a inclusão

do TILS não é a única exigência apresentada nesses documentos como podemos observar no trecho da LBI:

Art. 67. Os serviços de radiodifusão de sons e imagens devem permitir o uso dos seguintes recursos, entre outros:

I - subtítuloção por meio de legenda oculta;

II - janela com intérprete da Libras;

III – audiodescrição (BRASIL, 2015, s.p.).

Sobre a obrigatoriedade de acessibilidade na comunicação a Resolução nº 23.457/2015 apregoa que “[...] os debates transmitidos na televisão deverão utilizar, entre outros recursos, subtítuloção por meio de legenda oculta, janela com intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e audiodescrição” e no parágrafo quatro do art. 36, continua: “a propaganda eleitoral gratuita na televisão deverá utilizar, entre outros recursos, subtítuloção por meio de legenda oculta, janela com intérprete da Libras e audiodescrição (BRASIL, 2015, s.p.).

Uma questão de importante discussão e que não consta nesses documentos que orientam acerca da acessibilidade audiovisual, é o cuidado na contratação dos intérpretes, uma vez que devesse exigir a fluência na Língua de Sinais, seja por meio de banca e/ou certificados que garantam e comprovem que este profissional está apto para atuar como tradutor/intérprete. Desta forma,

atuar na área da tradução e interpretação implica na necessidade de formação, pois muitos conhecimentos são postos em jogo quando se pensa em traduzir e em interpretar. Entendemos, no entanto, que esse processo formativo não pode ser restrito, somente, ao plano teórico e nem apenas ao ensino das línguas: formar tradutores e intérpretes deve pressupor também o desenvolvimento de práticas que visem a construção de sentidos (ALMEIDA; LODI, 2014).

Desse modo, é fundamental para a formação dos tradutores/intérpretes de Libras o conhecimento teórico e também técnico, pois é necessário que o profissional tenha também a capacidade de gerenciar sua atuação, “[...] bem como manter o controle emocional e psíquico quando estiver atuando (MACHADO; FELTES, 2015, p.238). Essas mesmas autoras, destacam que todo tradutor e intérprete, deve em sua formação adquirir as competências tradutórias e interpretativas e que “essa competência tradutória e interpretativa também engloba conhecimentos pragmáticos, sociolinguísticos, textuais e gramaticais (2015, p. 238).

A discussão traçada até aqui serve de base para a análise dos dados que ocorrerá mais ao final deste trabalho, de modo que foi preciso estabelecermos relações como: da tradução

audiovisual com os estudos da tradução, bem como o trabalho do tradutor/intérprete em campanha política partidária com a tradução audiovisual.

5. METODOLOGIA

Esta pesquisa consistiu, num primeiro momento, no aprofundamento teórico sobre os temas abordados, por meio de revisões bibliográficas e fichamento das obras, principalmente das que tratam do trabalho do tradutor/intérprete de Libras. Para Lakatos e Marconi, a pesquisa bibliográfica busca “[...] colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...]” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.183). Esta revisão bibliográfica nos oferece subsídios teóricos necessários para o desenvolvimento da pesquisa. A metodologia é parte imprescindível da pesquisa, pois nela se torna claro o caminho percorrido por quem pesquisa, bem como o embasamento teórico e os instrumentos, métodos e técnicas utilizados para levantamento e análise dos dados.

A metodologia pode seguir uma abordagem qualitativa, quantitativa ou ambas. Na pesquisa qualitativa, os dados coletados são predominantemente descritivos. O material obtido nessas pesquisas é rico em descrições de pessoas, situações, acontecimentos, fotografias, desenhos, documentos, etc. Todos os dados da realidade são importantes.

Segundo Gil (1999), a abordagem de cunho qualitativo organiza os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. Para ele, o uso dessa abordagem propicia uma investigação mais aprofundada das questões relacionadas ao fenômeno estudado e das suas relações, valorizando o contato direto com a situação estudada.

A abordagem quantitativa, como descreve Bardin,

[...] funda-se na frequência de aparição de determinados elementos da mensagem, [e] obtém dados descritivos por meio de um método estatístico. [...] Esta análise é mais objetiva, mais fiel e mais exata, visto que a observação é mais exata (2016, p. 145).

Porém, de acordo com o fenômeno que se busca estudar, podemos observar que as abordagens qualitativa e quantitativa devem ser encaradas como complementares, em vez de concorrentes. Neste trabalho, utilizamos uma abordagem quanti-qualitativa, que se utiliza tanto da quantificação, ao apresentar e analisar dados estatísticos, quanto da qualificação quando da análise dos contextos e seus significados.

5.1 Os instrumentos metodológicos utilizados na pesquisa

A pesquisa envolveu dois momentos: a pesquisa bibliográfica e de campo. A pesquisa bibliográfica ocorreu antes e paralelamente à pesquisa de campo.

A pesquisa bibliográfica, para Lakatos e Marconi (2003), busca “[...] colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto” (2003, p.183). Essa revisão de literatura nos ofereceu subsídios teóricos acerca do tradutor/intérprete de Libras e da sua atuação em contexto político e televisivo, necessários para o desenvolvimento do estudo. Assim, ela esteve presente durante todo o percurso da pesquisa.

Segundo Severino, a pesquisa bibliográfica “[...] deve ser utilizada paulatinamente, à medida que o estudante toma contato com os livros ou com os informes sobre os mesmos” (2007, p. 70), pois, como ela “[...] utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados, [...] o pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos” (SEVERINO, 2007, p. 125).

A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que se realiza a coleta de dados junto a pessoas, utilizando como recurso diferentes tipos de coleta, que podem ser entrevistas, questionários, etc. Gerhardt e Silveira (2009, p. 45) destacam que a coleta de dados deve iniciar após termos realmente problematizado o tema a ser pesquisado, ou seja, “[...] após termos conseguido colocar-nos questões pertinentes sobre o tema que ainda não foram tratadas por outros estudos”.

A pesquisa de campo abrangeu todo o território nacional, de modo que utilizamos um questionário que não solicitou nenhum tipo de identificação, identificando apenas o estado em que se encontrava os TILS que já atuaram no contexto pesquisado.

Desta forma, para a pesquisa foi utilizado como instrumento de coleta de dados questionário online (Apêndice 1), de forma abranger um número maior de participantes. O grupo alvo da pesquisa foi o de TILS que já atuaram em TAV de conteúdo de campanha política partidária. O principal objetivo ao utilizar o questionário online foi de colher dados a fim de averiguar como ocorreu o processo de trabalho de tradução e interpretação, desde a contratação, preparação ao produto final, como também quais subsídios foram utilizados pelos profissionais para o trabalho.

Nessa pesquisa os dados foram analisados por meio da análise de Conteúdo de Bardin (2016), que possibilita o uso de diferentes técnicas de organização e análise dos dados. Segundo a autora,

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações (BARDIN, 2016, p. 37).

Assim, a coleta de dados corresponde ao conjunto de procedimentos por meio dos quais o modelo de análise é confrontado aos dados coletados. Ao longo dessa etapa, várias informações são coletadas, para serem organizadas e analisadas na etapa posterior, que é o tratamento dos dados (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

5.2 O tratamento dos dados

Essa pesquisa como já dito, optou por uma abordagem quanti-qualitativa. Dessa maneira, se, por um lado, a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados e crenças, por outro, a pesquisa quantitativa focaliza uma quantidade pequena de conceitos e analisa os dados numéricos mediante procedimentos estatísticos (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Assim, ambas as abordagens se complementam e podem ser utilizadas juntas.

Entendemos, dessa forma, que o objetivo da abordagem quanti-qualitativa é relatar, interpretar e quantificar os dados obtidos na pesquisa, e não apenas descrevê-los. Por isso, na análise dos dados utilizamos como referência a técnica de Análise de Conteúdo, de Bardin, que possibilita o uso de diferentes técnicas de organização e análise dos dados:

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações (2016, p. 37).

Procurou-se desta forma, realizar uma análise das relações existentes entre o tema estudado e evidências encontradas na pesquisa de campo via coleta de dados. Os dados coletados neste trabalho foram divididos em categorias já pré-determinadas pelo questionário aplicado. Também foram criadas categorias a partir dos dados que emergiram da pesquisa. Os dados são explicitados em gráficos e quadros com o objetivo de mostrar as diferenças e

semelhanças nas respostas dos participantes da pesquisa, possibilitando a melhor compreensão e interpretação das informações colhidas, pois

[...] classificar elementos em categorias impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com outros. O que vai permitir seu agrupamento é a parte comum existente entre eles (BARDIN, 2016, p. 148).

Assim, as respostas foram analisadas, quantificadas e categorizadas, com o objetivo de fornecer, “[...] por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos. Na análise quantitativa, as inferências finais são, no entanto, efetuadas a partir do material reconstruído” (BARDIN, 2016, p. 149).

6. ANÁLISE DOS DADOS

Esta seção busca apresentar de que forma ocorreu o trabalho de tradução audiovisual de conteúdo político partidário nos últimos anos no Brasil. Para tanto, foram analisados os questionários *on-line* aplicados aleatoriamente aos tradutores/intérpretes. Essa análise partirá de unidades de registro, de onde serão elencadas categorias, algumas já pré-estabelecidas no questionário e outras que emergiram a partir das respostas obtidas pela pesquisa. Sobre as categorias, Bardin destaca que, “ [...] a partir do momento em que a análise de conteúdo decide codificar o seu material, deve produzir um sistema de categorias” (2016, p. 148). Os dados estão dispostos em gráficos e tabelas para maior organização e melhor compreensão do leitor.

A partir da análise desses dados, buscamos entender como se estabelece o trabalho do TILS na tradução audiovisual, bem como o contexto que envolve esse tipo de tradução quando o conteúdo é político partidário.

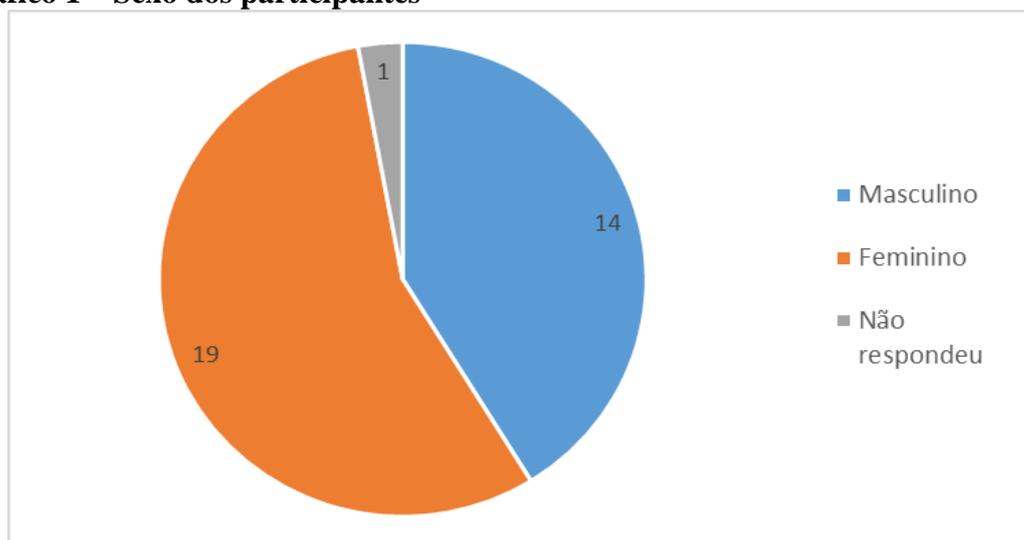
6.1 A tradução audiovisual em campanha política partidária: o que dizem os TILS

Para pesquisa de campo desse trabalho optamos pelo questionário *on-line*, no intuito de abranger o maior número de profissionais em todo o território nacional. O mesmo foi desenvolvido a partir da ferramenta *Google Forms* e compartilhado nas redes sociais, principalmente em grupos relacionados à área da surdez. Após um período de divulgação e compartilhamento, obtivemos o retorno de 38 questionários respondidos. No entanto desses 38 participantes, 3 responderam que não atuaram em tradução audiovisual de conteúdo político partidário, e 1 respondeu que atuou apenas em debates políticos e não para campanhas político partidárias. Desse modo, excluimos da amostra 4 participantes que não traziam dados necessários à pesquisa.

Outro dado que acreditamos pertinente elencar foi o sexo dos participantes, uma vez que sabemos que há um número muito grande de mulheres na profissão, sendo este número maior que o de homens. O gráfico abaixo demonstra de que dos 34 participantes da amostra, 19 são mulheres e 14 homens. Não é uma grande diferença, mas que retrata bem a realidade da profissão do tradutor e intérprete no Brasil. Sobre o maior número de mulheres do que homens, podemos citar a pesquisa de Lacerda e Gurgel (2011) na qual destacam que nas

universidades pesquisadas, entre os TILS entrevistados, 70% eram do sexo feminino e 30% do sexo masculino. Outra pesquisa que trata desse aspecto é a pesquisa de Silva e Fernandes (2018) na qual aponta que a maioria dos tradutores intérpretes de Libras da região metropolitana de Curitiba (PR) é do sexo feminino (73%). Essas informações corroboram com nossos dados quanto à predominância de mulheres.

Gráfico 1 – Sexo dos participantes



Fonte: A Autora (2018)

A maioria dos participantes da pesquisa se concentram no sul do país, sendo 12 do Paraná, 5 de Santa Catarina e 3 do Rio Grande do Sul. Outros estados com expressiva participação foi o de Minas Gerais com 4 participantes e São Paulo com 2 participantes. Talvez o número maior de participantes do estado do Paraná seja porque o compartilhamento dos formulários se concentraram primeiro nesse estado, onde reside a pesquisadora. No restante dos estados, houve apenas 1 participante. Lembrando que obtivemos retorno de participantes de 13 estados, apresentados no gráfico abaixo.

Gráfico 2 - Estado em que atuou em campanha política em horário eleitoral na televisão

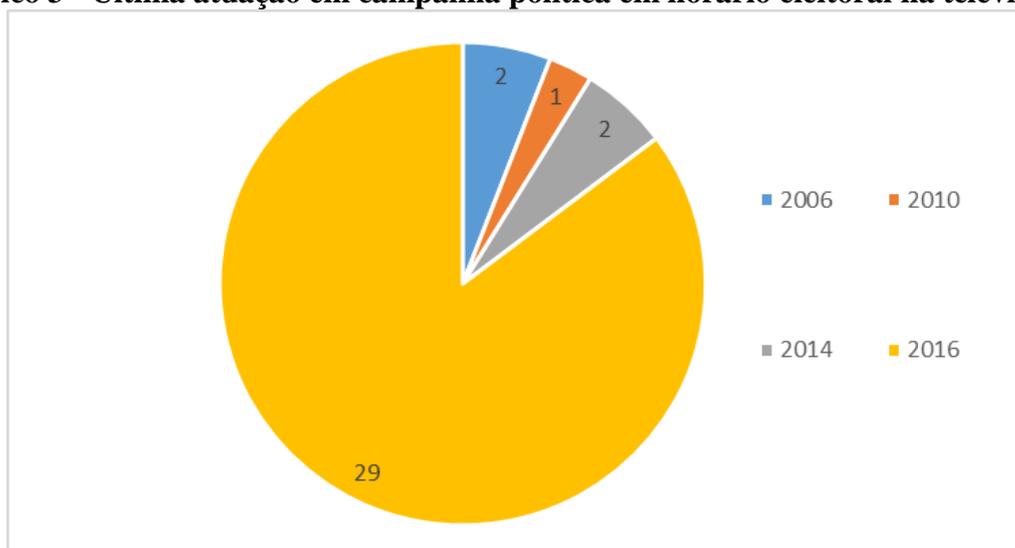


Fonte: A Autora (2018)

Ao questionar quanto ao ano em que atuou em campanha política em horário eleitoral na televisão, comprovamos com os dados, que foi só a partir da aprovação da Lei 13.146/2015 (LBI) e da Resolução nº 23.457/2015 que os partidos políticos e órgãos relacionados a esta questão realmente passaram a dar atenção para a acessibilidade. A legenda e a janela de Libras “disponibilizados pelos diferentes partidos políticos com fins de garantir a acessibilidade para as pessoas surdas e com deficiência auditiva nas propagandas eleitorais gratuitas para eleições municipais de 2016 apresentou avanço” (NASCIMENTO; SANTOS, 2017, p.130).

Até então, sem a obrigatoriedade de inclusão da janela do intérprete de Libras, da legenda oculta e da audiodescrição, pouquíssimos partidos davam importância para essa necessidade, como podemos deduzir ao analisar o gráfico abaixo. Dos 38 participantes, apenas 5 atuaram em campanhas anteriores à aprovação dos documentos legais acima citados.

Gráfico 3 - Última atuação em campanha política em horário eleitoral na televisão

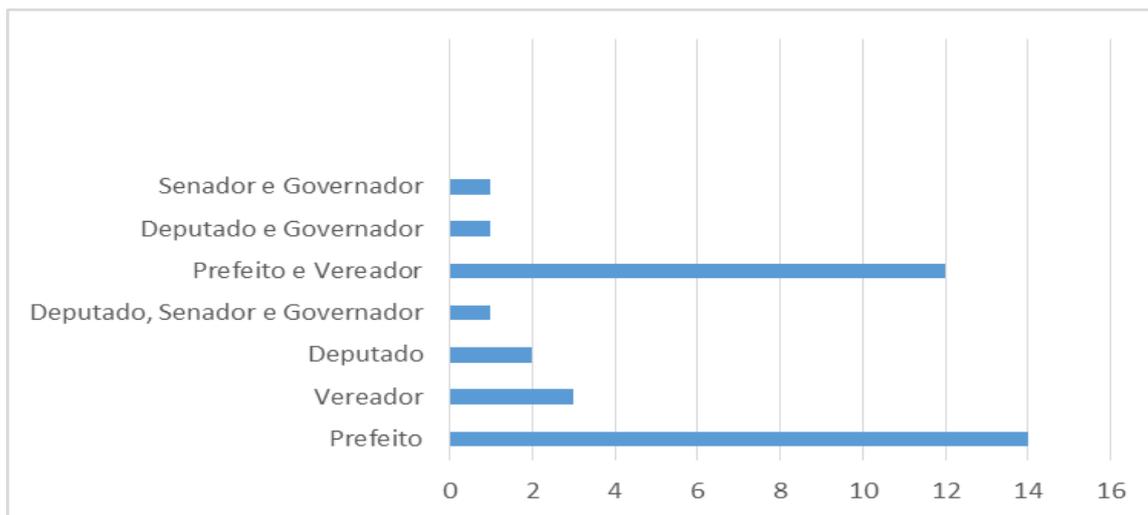


Fonte: A Autora (2018)

Em consonância com os dados relacionados à qual campanha a amostra trabalhou, os dados do próximo gráfico mostram a grande quantidade de TILS que atuou nas campanhas para vereador e prefeito, ou apenas para prefeito. O número de TILS que atuaram para outros candidatos em campanhas anteriores a 2016, como para deputado, governador e senador foram menores. Estes dados confirmam que foi só a partir da aprovação de documentos legais que determinaram a obrigatoriedade da acessibilidade também por meio da Libras, que ficou assegurado o acesso mais amplo dos eleitores surdos no âmbito político a partir das eleições do ano de 2016. Isso nos remete à ideia de democracia de Dahal, ao explicar que “[... se alguns membros recebem maiores oportunidades do que outros para expressar seus pontos de vista, é provável que suas políticas prevaleça” (DAHAL, 2001, p.50). O acesso igualitário de todos ao processo político partidário deve garantir oportunidades de todos os cidadãos conhecerem os candidatos e suas propostas, para assim, exercerem seu direito de voto.

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o direito constitucional brasileiro respeita o princípio da igualdade do direito de voto, adotando-se a regra de que cada homem vale um voto, ou seja, cada eleitor tem direito a um voto por eleição e para cada tipo de mandato (TSE, 2015) . A partir desta afirmativa entendemos que a acessibilidade deveria estar presente em todas as campanhas, independente do tipo de mandato, de modo que o eleitor surdo tenha o direito de conhecer os candidatos e suas propostas, do vereador ao presidente.

Gráfico 4 – Cargos interpretados na campanha política em horário eleitoral televisivo

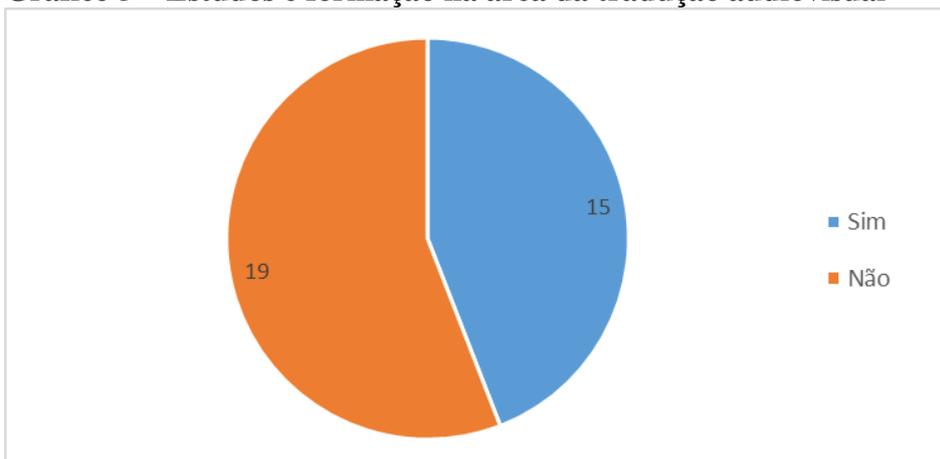


Fonte: A Autora (2018)

A partir dos dados coletados podemos destacar que mais da metade dos participantes nunca participaram de formação no campo da TAV. Isso nos mostra como ainda, apesar de ser um campo de trabalho já existente a muitos anos, na área da Libras a formação sobre a TAV vem conquistando espaço e as pesquisas na área ainda crescem, mas de forma tímida. Entendemos ser de grande importância aprofundar o conhecimento sobre este campo, pois o mesmo tem importante papel social de promover a tradução como acessibilidade.

Apesar de não haver muitas formações específicas nessa área, muitos TILS demonstraram em algumas falas, já ter experiência em TAV, como podemos destacar: “Eu preparava a estética com maquiagem leve, fazia um alongamento e verificava o enquadramento na janela” (TILS18), e ainda “[...] quando chegava no local durante a realização da maquiagem, uma pessoa fazia a leitura do texto, sanava minhas dúvidas com os produtores quanto a palavras específicas que eu usasse, [...] Entrava em contato com surdos e intérpretes e sinalizava o texto para analisar a estrutura linguística antes da filmagem” (TILS29). Além dessas falas, o grande número de TILS que afirmaram já terem atuado em contexto midiático no gráfico 10 (24 TILS), nos mostra que apesar de mais da metade dos participantes da pesquisa não terem formação em TAV, a maioria já possui experiência nessa área. As informações coletadas sobre a formação em TAV podem ser visualizadas no gráfico abaixo.

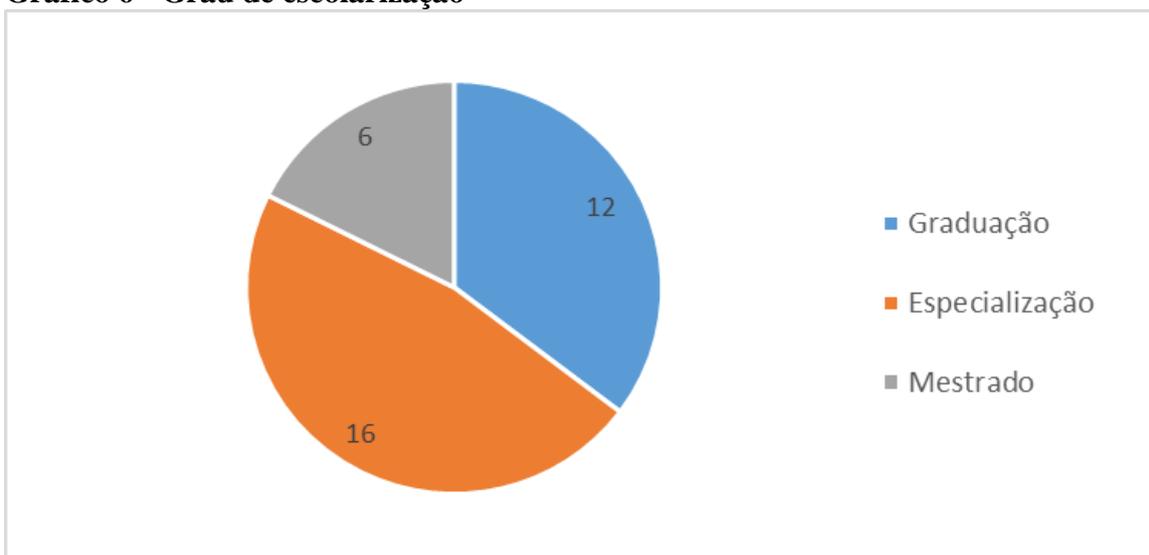
Gráfico 5 – Estudos e formação na área da tradução audiovisual



Fonte: A Autora (2018)

Uma das exigências na profissão de TILS é a formação acadêmica. Ainda hoje, encontramos TILS atuando sem ter uma formação superior, no entanto, esta é uma realidade cada vez menos frequente, uma vez que com a ampliação de programas do governo para a ofertas de vagas e programas de incentivo, o ingresso no ensino superior se tornou possível para muitos. Do total de 34 participantes da pesquisa, 12 afirmaram terem apenas a graduação, 16 possuem especialização e 6 possuem mestrado. Dessa forma, todos os TILS da amostra possuem formação superior.

Gráfico 6 - Grau de escolarização



Fonte: A Autora (2018)

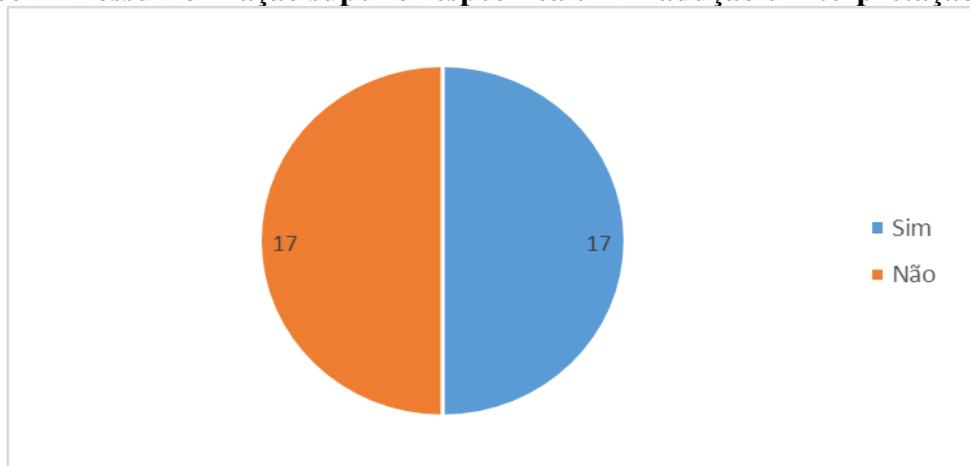
No entanto, como sabemos, existe a formação superior específica para a profissão de TILS que une técnicas de tradução e interpretação. Este curso conhecido como Letras Libras, foi oferecido a princípio pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e posteriormente por outras instituições de ensino superior do país. Atualmente este curso ainda

é oferecido pela UFSC tanto na modalidade presencial, quanto por EaD, sendo dividido em três eixos:

Um eixo de formação básica (envolvendo principalmente conhecimentos básicos de linguística e tradução-interpretação); um eixo de formação específica (envolvendo conhecimentos de aspectos educacionais da surdez e aspectos linguísticos de LIBRAS); e um eixo de formação profissional (envolvendo conhecimentos técnicos e práticos de tradução e interpretação de línguas) (SANTOS, 2010, p. 155).

Vemos, a partir desses eixos, a importância em se ter uma formação específica em tradução e interpretação, uma vez que oferece conhecimento mais aprofundado quanto à Libras, além do ensino das técnicas de tradução e interpretação. Sobre essa formação específica, os dados da pesquisa nos mostram que metade dos TILS da amostra possuem esta formação.

Gráfico 7 - Possui formação superior específica em Tradução e Interpretação da Libras



Fonte: A Autora (2018)

Muitos TILS que ainda não possuem uma formação superior específica para a atuação na área, e mesmo aqueles que já a possuem, buscam também por bancas examinadoras que os certifiquem quanto à fluência na Língua de Sinais, para assim, poderem atuar nas mais variadas áreas. De acordo com o Decreto 5.626/2015 o exame de proficiência em tradução e interpretação de Libras e Língua Portuguesa deve ser realizado por banca examinadora, constituída por docentes surdos, lingüistas e TILS de instituições de educação superior (BRASIL, 2005).

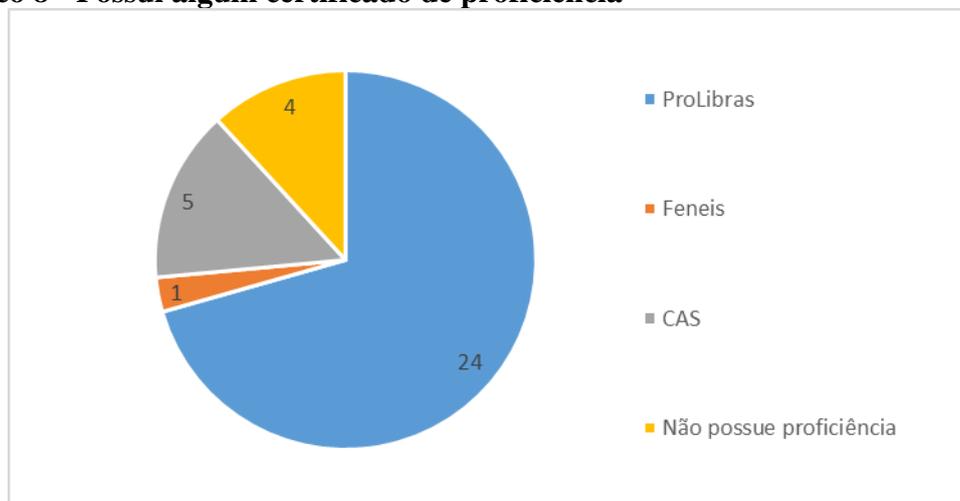
O exame de proficiência reconhecido no Brasil é o Exame nacional de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa (Prolibras), havendo também as bancas examinadoras que certificam a proficiência na Libras, promovidos pela Federação

Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis) e pelo Centro de Capacitação dos Profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS).

Se verificarmos o número de TILS que atuam na área a mais de oito anos, podemos pressupor que esses são a maioria dos TILS certificados pelo ProLibras, e que os TILS certificados pela Feneis e pelo CAS podem ser os que atuam a menos tempo na área, de modo que não tiveram a oportunidade de participar do ProLibras, realizado pela última vez (7ª edição) no ano de 2015. Posterior a este ano, os TILS que necessitam comprovar a fluência em Libras, buscam as bancas examinadoras da Feneis e o CAS.

Nesta pesquisa 4 participantes afirmaram não possuir proficiência, e a maioria possui o certificado de proficiência do ProLibras.

Gráfico 8 - Possui algum certificado de proficiência



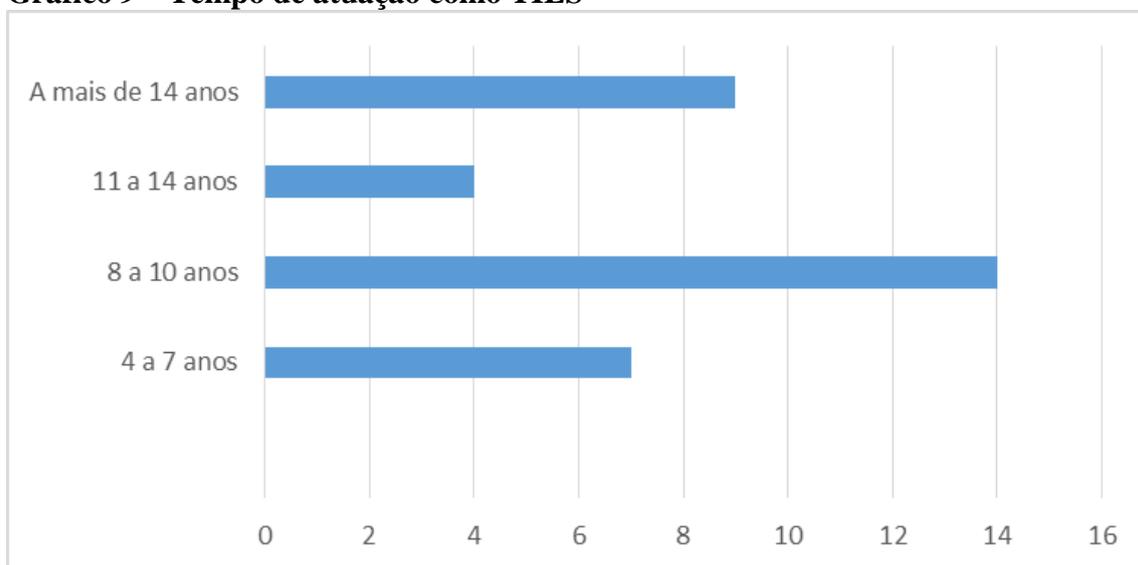
Fonte: A Autora (2018)

Todos os TILS da pesquisa afirmaram atuar na área a mais de quatro anos, sendo que a maioria deles atuam na área a mais de oito anos. Consideramos que as experiências adquiridas ao longo dos anos de atuação na área são base para um bom trabalho, de modo que o profissional pode ter oportunidade de atuar em diferentes contextos e ampliar seu vocabulário na Libras, além de trocas e aperfeiçoamento por meio de cursos que ele pode participar ao longo desses anos.

Podemos pressupor que o fato de nenhum participante que atuou com TAV de conteúdo político partidário possuir experiência na área inferior a quatro anos, nos leva a pensar que possa existir um receio de TILS iniciantes em se expor nos meios midiáticos. Como a Febrapils já destaca, traduzir e interpretar “[...] são atividades humanas extremamente complexas do ponto de vista linguístico-discursivo e cognitivo devendo ser realizadas,

portanto, por profissionais com qualificação necessária” (FEBRAPILS, 2016, p.3). Claro que qualificação profissional é essencial para atuar em qualquer área, não somente em contexto midiático. Essa qualificação só é adquirida com o tempo de experiência e formação, por isso da importância de se buscar por uma formação de qualidade.

Gráfico 9 – Tempo de atuação como TILS



Fonte: A Autora (2018)

Achamos necessário averiguar a experiência da amostra na atuação com TAV, e a maioria (21) respondeu já ter atuado neste tipo de tradução anterior ao trabalho desenvolvido nos programas políticos partidários, enquanto que 13 afirmaram não terem experiência com TAV antes de atuar na campanha. Quando questionados em quais contextos já atuaram, 24 TILS escolheram dentre as opções, o contexto midiático. Os conceitos de mídia e audiovisual são muito próximos e possuem estreita relação. Podemos entender como mídia

[...] toda estrutura de difusão de informações, notícias, mensagens e entretenimento que estabelece um canal intermediário de comunicação não pessoal, de comunicação de massa, utilizando-se de vários meios, entre eles jornais, revistas, rádio, televisão, cinema, mala direta, outdoors, informativos, telefone, internet etc (MICHAELIS, s.d).

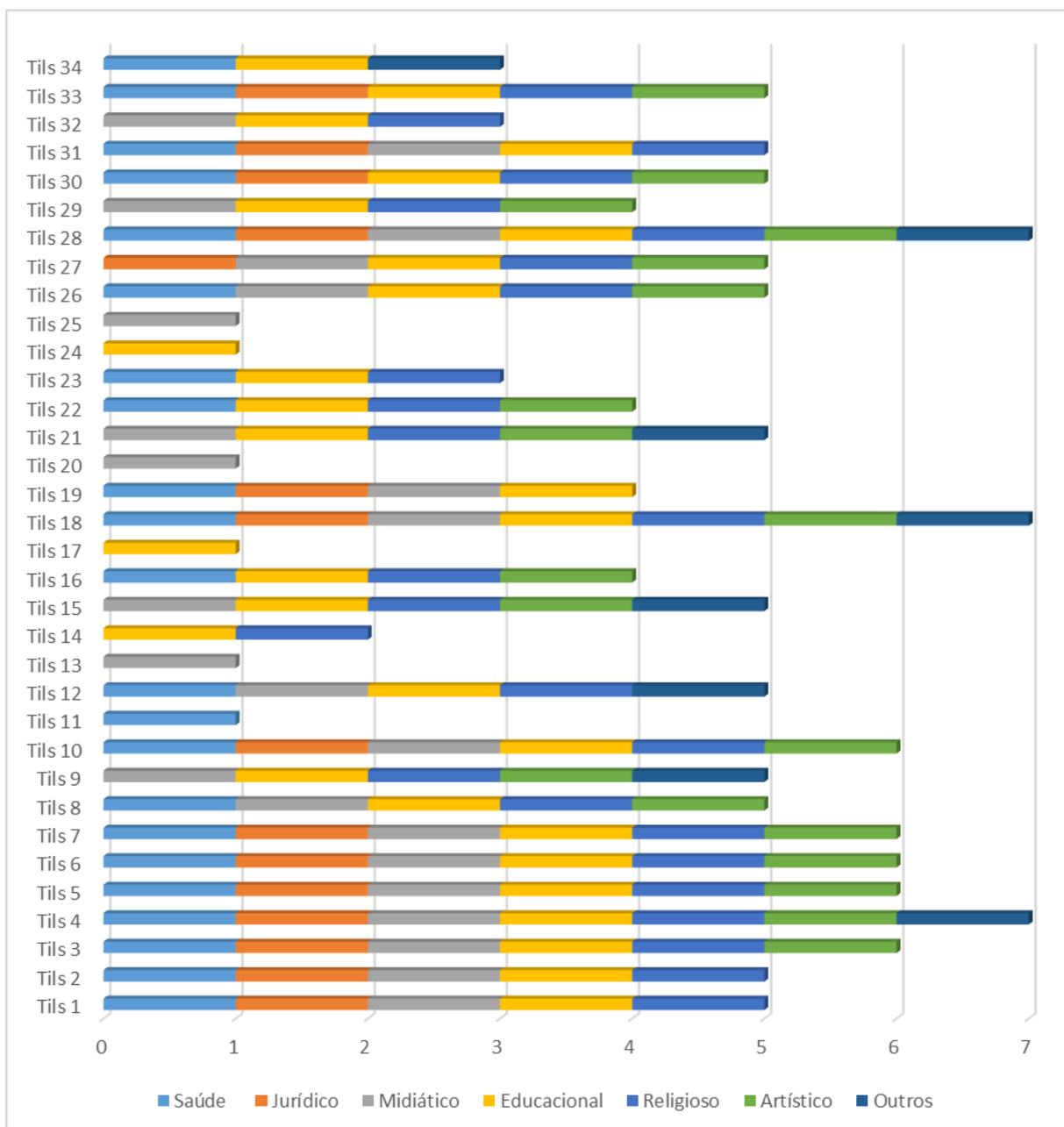
E como audiovisual “[...] qualquer meio de comunicação que se vale do som e da imagem na transmissão da mensagem” (MICHAELIS, s.d).

A partir dessas definições supomos que os TILS que afirmaram já ter atuado em contexto midiático são os mesmos que afirmaram já ter experiências em TAV, uma vez que, o fato de a Libras ser uma língua viso-espacial, nos leva a crer que esses TILS só podem ter

atuado em televisão, cinema e internet, já que nos outros meios de mídia a divulgação por meio da Libras é mais difícil e para alguns impossível, no caso do rádio.

Quanto aos contextos de atuação, a maioria dos participantes responderam ter experiência em várias outras áreas, como a educacional, religiosa, artística, jurídica, saúde, midiática, dentre outras. Como nessa questão ficou em aberto para que os participantes respondessem mais de uma das opções, eles assinalaram todos os contextos em que já atuaram. Desse modo os dados do gráfico abaixo nos mostram os contextos assinalados por cada TILS, podendo assim, visualizarmos os contextos em que mais atuaram, sendo o contexto educacional a maior área de atuação e a área jurídica a menor. Alguns TILS também assinalaram que já atuaram em contextos não especificados na pesquisa.

Gráfico 10 – Contextos em que já atuou como TILS

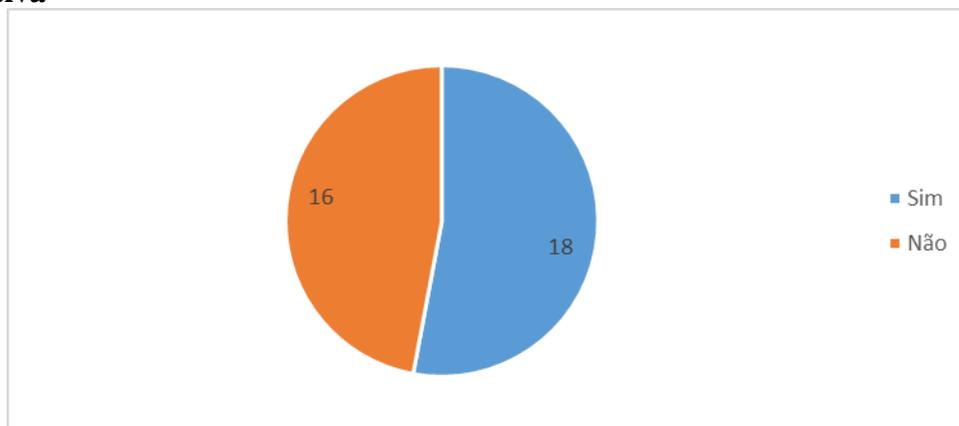


Fonte: A Autora (2018)

Buscamos com essa pesquisa também evidenciar se houve a contratação e o processo de trabalho desenvolvido na TAV nas campanhas político-partidárias. De acordo com os dados, pouco mais da metade dos participantes responderam que atuaram mediante assinatura de contrato do serviço fornecido, como podemos observar no gráfico 11. Sobre o contrato, o TILS3 destacou que teve dificuldades “para aceitação do contrato de imagem”. O direito de imagem tem previsão legal na Constituição Federal no artigo 5º, sendo tratado dentre os Direitos e Garantias Fundamentais, e também é citado no Código Civil de 2002, onde trata dos Direitos da Personalidade. Na tabela de honorários da Febrapils consta que quando

necessária a autorização do uso de imagem, o valor total do serviço tem acrescido 20% do valor do contrato (FEBRAPILS, 2017).

Gráfico 11 - Houve assinatura de contrato para o trabalho em campanha política televisiva



Fonte: A Autora (2018)

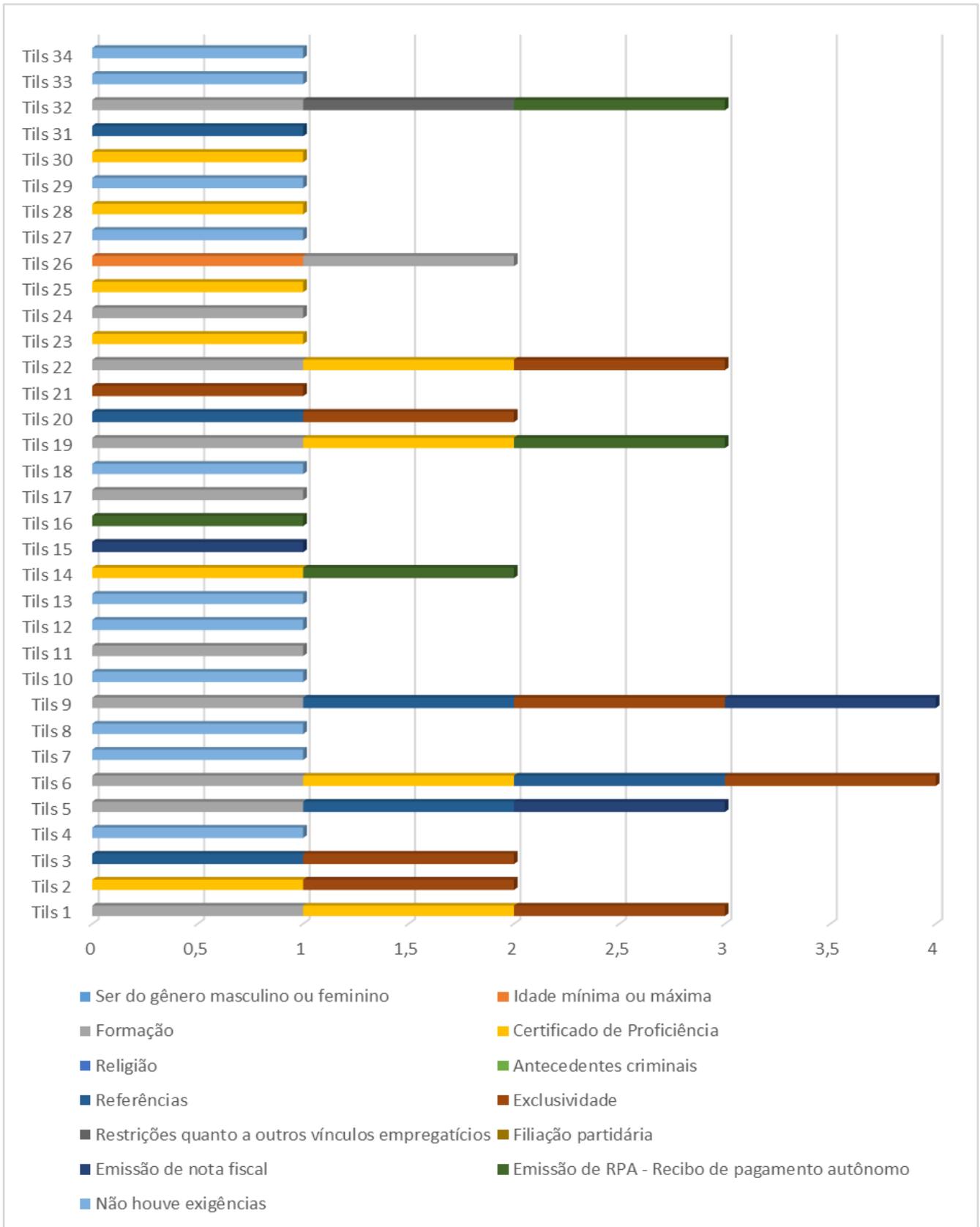
Para firmar o acordo de trabalho é possível que o contratante faça exigências ao contratado e estas devem estar declaradas no contrato. Como toda profissão, existem exigências para o desempenhar a função de TILS. Por se tratar de tradução audiovisual é possível que as exigências para o trabalho sejam ainda maiores, devido à exposição da imagem e a vinculação desta a um candidato político. Elencamos para a pesquisa possíveis exigências que poderiam ser feitas pelos partidos e candidatos aos TILS, dentre elas a exclusividade, referências, formação, certificação de proficiência, filiação política dentre outras.

Por ser uma questão de múltipla escolha, ficou em aberto para que os participantes respondessem uma ou mais de uma opção. Portanto, os dados do gráfico apresentam se houveram e, quais exigências foram cobradas no ato da contratação. Percebemos com os dados que, para muitos TILS não houve exigência de espécie alguma, e das exigências mais cobradas foram: formação, certificado de proficiência e exclusividade, nesta ordem.

Ao nos depararmos com um significativo número de contratantes que exigiram a comprovação da proficiência na Libras e a formação, nos leva a crer que os mesmos se preocupam com a vinculação da imagem do candidato ao TILS, o que pode acarretar certo prejuízo quanto à sua imagem, se o TILS não for capacitado para o trabalho. A vinculação de imagem pode interferir tanto para o candidato quanto para o TILS, e por isso faz-se necessária que o profissional tenha clareza das características do trabalho que será realizado, a fim de avaliar se é capacitado para tal e se está disposto a aceitar os termos exigidos no contrato.

Algo a se destacar nesses dados, foi a exigência de exclusividade. Podemos inferir a partir deles que essa exigência está relacionada também à vinculação de imagem. Alguns TILS atuaram na última campanha - 2016 - para coligações partidárias, partidos e candidatos. Muitos optaram em assinar contrato com coligações e partidos uma vez que a remuneração seria muito superior ao valor pago por apenas um candidato, já que de acordo com a tabela da Febrapils, a tradução das vinhetas de horário político e propagandas eleitorais devem ser cobradas por minuto, ou seja, pelo tempo que o candidato terá direito de exposição na televisão durante o período eleitoral.

Gráfico 12 - Exigências do candidato para a contratação do TILS



Fonte: A Autora (2018)

Assim, além das exigências buscamos averiguar também qual foi a remuneração desses profissionais. A partir dos dados podemos perceber que há uma disparidade muito grande entre valores, de modo que um TILS respondeu cobrar um determinado valor pois não tinha noção de valores. Um outro TILS destacou que cobrou trezentos reais cada programa gravado, sendo que cada um tinha no mínimo 15 segundos, enquanto que outro TILS realizou duas interpretações de 30 segundos, chegando ao valor total de duzentos reais. Outra grande diferença notada nos valores é quando, ao invés de se cobrar por minuto (duzentos e cinquenta reais) de acordo com a tabela da Febrapils, se cobra por hora, como os TILS destacaram, cobrando cento e vinte ou duzentos reais a hora. Aqui, entendemos que este valor seja a hora de trabalho do TILS, e não o tempo de exposição do candidato nas mídias. A tabela abaixo nos traz dados sobre os valores cobrados pelos TILS nas campanhas político-partidárias.

Quadro 1 - Remuneração para o trabalho em campanha política partidária na televisão

Categorias que emergiram dos dados	Quantidade de TILS que responderam
Valor por hora	3
Valor de tabela Febrapils	2
Valor até 1 mil e quinhentos reais	5
Valor de 2 a 5 mil reais	11
Valor acima de 5 mil reais	5
Não se recorda	3
Não responderam	3

Fonte: A Autora (2018)

Acreditamos que as tabelas no campo da tradução e interpretação, no caso da Febrapils e do Sindicato Nacional dos Tradutores (Sintra) nos servem para orientar quanto ao valor a ser cobrado por esses serviços. No entanto devemos levar também em consideração a questão econômica e regional, pois a tabela nos dá referências de valores, mas será o profissional que fará seu preço, jamais sucateando a profissão, cobrando valores muito abaixo das referências sugeridas. Sobre isso podemos apontar as orientações da Sintra:

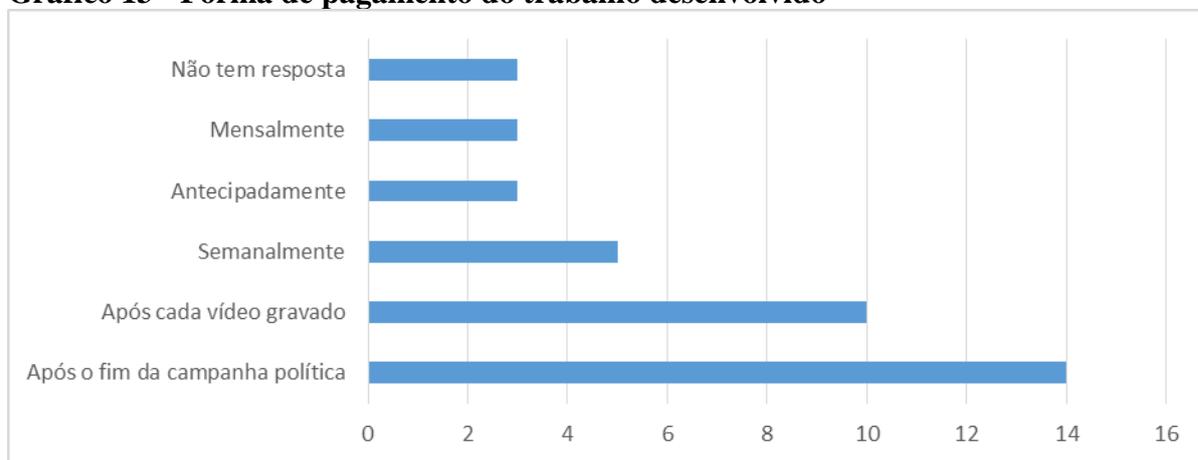
Os valores de referência são obtidos por meio de consulta aos profissionais das diferentes áreas, considerando os custos com formação e atualização profissional e tecnológica, bem como as variações regionais e os índices de inflação. A lista de referência contém os valores brutos cobrados diretamente do cliente final, e não os valores líquidos pagos por intermediários ou agências aos tradutores e intérpretes, e são valores sugeridos, não tabelados (SINTRA, 2009).

Sobre a remuneração deste profissional a Febrapils, no período eleitoral de 2016 emitiu uma nota destacando a necessidade de se incluir nas horas remuneradas as horas de estudo. Assim os contratantes dos serviços devem

“[...] garantir horas remuneradas de estudo e preparação prévia dos conteúdos que serão traduzidos/interpretados por este profissional, bem como, no caso da interpretação, do pagamento do valor/hora correspondente a cada profissional de acordo com a tabela de honorários da FEBRAPILS” (Febrapils, 2016, p.4).

As formas de pagamento para TAV de conteúdo político partidário variaram muito de acordo com os dados coletados. Segundo estes, 14 TILS afirmaram receber o pagamento após o fim da campanha política, 3 responderam receber mensalmente, 5 responderam receber semanalmente, 10 responderam receber após a conclusão de cada vídeo gravado e 3 receberam antecipadamente. Dos 34 TILS participantes, 3 não responderam a esta questão.

Gráfico 13 - Forma de pagamento do trabalho desenvolvido



Fonte: A Autora (2018)

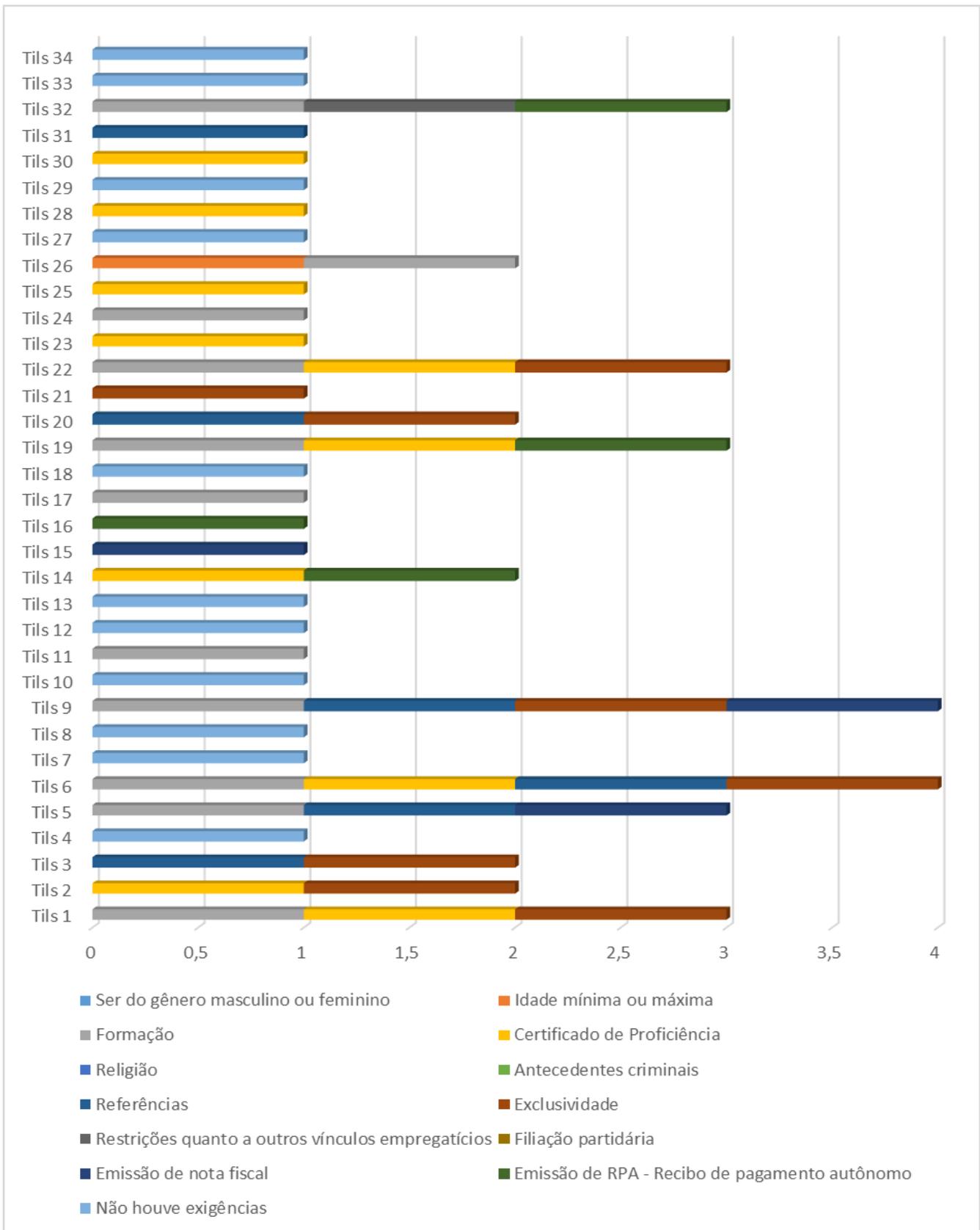
Para apresentar os tipos de recursos de apoio utilizados para o trabalho de tradução, inserimos uma questão de múltipla escolha e tivemos como resultado que: a busca de apoio com outros TILS, pessoas surdas, sinalários e dicionários e enciclopédias foram os mais utilizados.

Dessa maneira, percebemos que “[...] o processo tradutório ocorre por meio de apoios múltiplos do sistema cognitivo. Em outras palavras, para traduzir precisamos combinar estratégias diferentes e integrá-las para poder, assim, tomar um a decisão de tradução” (ALVES, 2006, p.116). Ainda segundo este autor, o tradutor pode utilizar apoios externos e internos:

Sem conseguir uma solução para o problema gerado no decorrer do processo tradutório, o tradutor passa a utilizar-se de fontes de apoio externo, tais com o dicionários, sites na internet, enciclopédias e outras obras de consulta, glossários, literatura técnica especializada, textos paralelos etc. Além desses recursos, o tradutor dispõe ainda de outras fontes de consulta direta, ou seja, informantes, tais com o falantes nativos, tradutores mais experientes, especialistas técnicos etc. [...] Entendemos por apoio interno as operações mentais que envolvem os conhecimentos prévios do tradutor. Ele pode recuperar informações previamente armazenada na memória ou utilizar-se de processos inferenciais para chegar a um a decisão de tradução (ALVES, 2006, p.116).

A partir desse excerto, compreendemos que o uso de apoio, seja externo ou interno é essencial para um trabalho de qualidade.

Gráfico 14 - Recursos de apoio utilizados



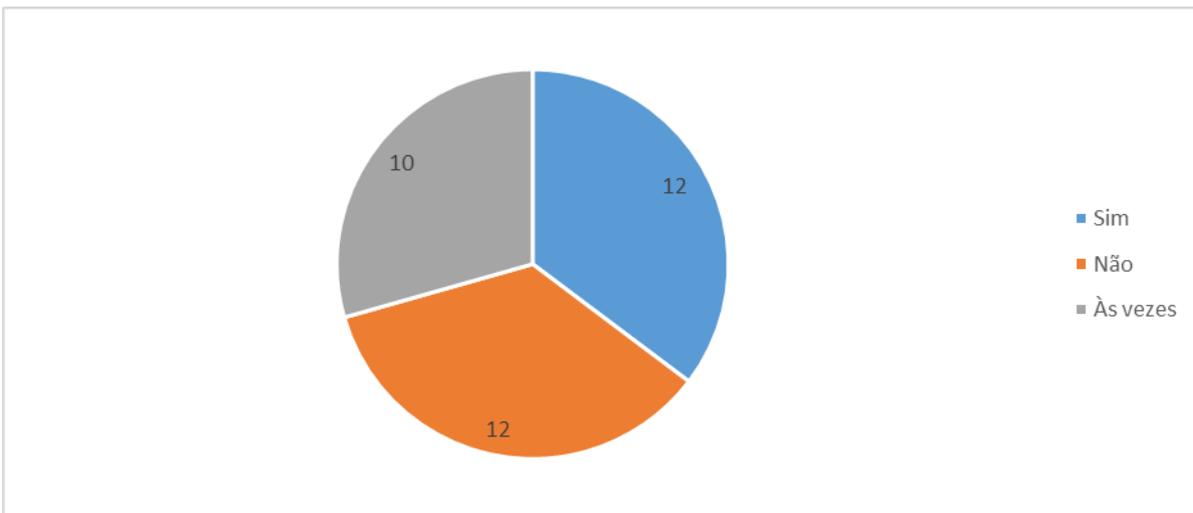
Fonte: A Autora (2018)

Um das maiores queixas dos TILS quando contratados é a falta de acesso antecipado ao material a ser interpretado. Entendemos que o acesso a este material serve como base para um trabalho de maior qualidade, uma vez que o profissional pode traçar estratégias para traduzir e interpretar termos e expressões que fazem pouco sentido na língua alvo. Além disso, com o material em mãos, podem buscar apoio em dicionários, colegas de trabalho, professores surdos, etc., ou seja, podem buscar os apoios externos e internos.

O que percebemos com os dados foi que pouco mais de um terço dos participantes (12) afirmaram terem recebido o material a ser interpretado antecipadamente. Outros 12 participantes afirmaram não terem recebido este material, e 10 afirmaram que às vezes recebiam o material com antecedência. Infelizmente trabalhar sem ter acesso ao material é um fato recorrente para muitos TILS. Alguns ainda destacaram que “o acesso ao material muitas vezes era apenas no ato da interpretação, não podia olhar antes. Então tinha que refilmar várias vezes” (TILS18), e que um dos pontos negativos deste trabalho foi “não ter acesso ao material com antecedência” (TILS8).

O não acesso antecipado ao material, não é um fato exclusivo da TAV em período eleitoral, mas em todas as áreas de atuação do TILS. Cabe então ao TILS procurar meios de se preparar para tal trabalho, buscando se capacitar cada vez mais e utilizar todos os apoios disponíveis a ele. Sobre isso destacamos a fala do TILS19 que afirmou estudar “[...] também sobre a situação do município e propostas dos candidatos veiculadas na mídia”, e “[...] estudando possíveis sinais e assistindo vídeos em libras sobre contexto político” (TILS16), ou ainda, “[...] estudando o perfil do candidato, suas propostas, corrente política do partido para selecionar os sinais que exprimem a real ideia do candidato” (TILS15). Essas estratégias são muito úteis para quando o TILS não tem acesso ao material antecipadamente, e mesmo que tenha esse material em mãos, é importante buscar além do que ele já sabe.

Gráfico 15 – Recebimento antecipado do material a ser interpretado, em texto ou vídeo



Fonte: A Autora (2018)

Por ser ainda um trabalho não muito vivenciado na área audiovisual, os TILS enfrentaram algumas dificuldades no processo de tradução nos estúdios de gravação segundo os dados. Falas como “Quem orientava era eu, já que Intérpretes de libras era uma novidade para a produtora” (TILS1), ou “Eu que tive que explicar sobre a iluminação e enquadramento de filmagem para a sinalização. Eles não tinham conhecimento nenhum da legislação e normas técnicas” (TILS19), nos mostram que além de não darem o devido suporte, muitos contratantes não dão atenção ou não tem conhecimento sobre as orientações técnicas determinadas na NBR 15290.

Como vemos no gráfico abaixo, mais da metade dos TILS participantes da pesquisa não tiveram nenhuma orientação no momento antes ou durante a filmagem. Alguns TILS afirmaram ter recebido essas orientações, que se tratava da maquiagem, o enquadramento das câmeras, questões sobre postura em frente à câmera e a forma de gravação, as vestimentas orientando que fosse de preferência preto e que a TILS mulher estivesse com o cabelo preso.

Gráfico 16 - Orientações técnicas da equipe de produtores



Fonte: A Autora (2018)

Além das orientações técnicas que os TILS recebiam durante a filmagem, muitos relatam que só tinham acesso aos vídeos e áudios a serem gravados minutos antes da filmagem, como já mencionamos em algumas falas dos participantes. Encontramos essas afirmações nos dados sobre a preparação antecipada para o trabalho. Abaixo elencamos mais algumas falas representativas dos participantes, as quais demonstram que os TILS buscaram diferentes formas de estudo, por meio principalmente de apoio externo, como pesquisas em sinalários, dicionários, vídeos do candidato, outros TILS, pessoas surdas, etc. Apenas dois participantes afirmaram não ter se preparado, um deles demonstrou utilizar como recurso apenas o apoio interno, ou seja sua memória. Com base nessas falas, enfatizamos a importância do uso de apoios externos citados por Alves (2006), como recursos para o estudo do texto e sua tradução para a Libras.

Quadro 2 - Preparação antecipada para a interpretação

Categorias	Falas representativas
Não necessitou de preparação	TILS 31: “Nunca precisei disso. Até hoje minhas interpretações são sempre simultânea, a preparação seja em qualquer área tem que ser uma prática diária” TILS 8: “Nada”
Estudos sobre as propostas do candidato	TILS 19: “Estudando sobre a situação do município e propostas dos candidatos veiculadas na mídia, assistindo aos vídeos de cada um” TILS 20: “Estudei alguns dos vídeos antecipadamente e acompanhei a campanha do candidato a prefeito para ter noção das estratégias a serem usadas” TILS 17: “estudando possíveis sinais e assistindo vídeos em libras sobre contexto político”
Pesquisa de vocabulário	TILS 28: “Buscando sinais específicos” TILS 21: “Eu e minha colega de trabalho pegávamos o material cedido e íamos pesquisar sinais e tentar contextualizar o material adaptando para Libras” TILS 19: “Estudando sinais relacionados aos temas que iriam ser abordados nas perguntas do debate” TILS 27: “Pesquisando sinais regionais, palavras e sinônimos no dicionário”
Acesso ao áudio minutos antes da gravação	TILS 24: “Ouvia uma vez antes de gravar” TILS 34: “Antes da gravação eles soltavam o áudio para que eu pudesse me preparar e treinar, o áudio era colocado quantas vezes fosse necessário” TILS 23: “Só olhava uns minutos antes os vídeos a ser gravados”.
Apoio de pessoas surdas e outros TILS	TILS 1: “Assistindo vídeos de outros intérpretes (referências), procurando vocabulário específico para estratégias de interpretação, consultando colegas e surdos sobre o assunto”

	<p>TILS 21: “Entrava em contato com surdos e intérpretes e sinalizava o texto para analisar a estrutura linguística antes da filmagem”</p> <p>TILS 27: “pesquisa de sinais com outros interpretes e surdos”</p>
--	---

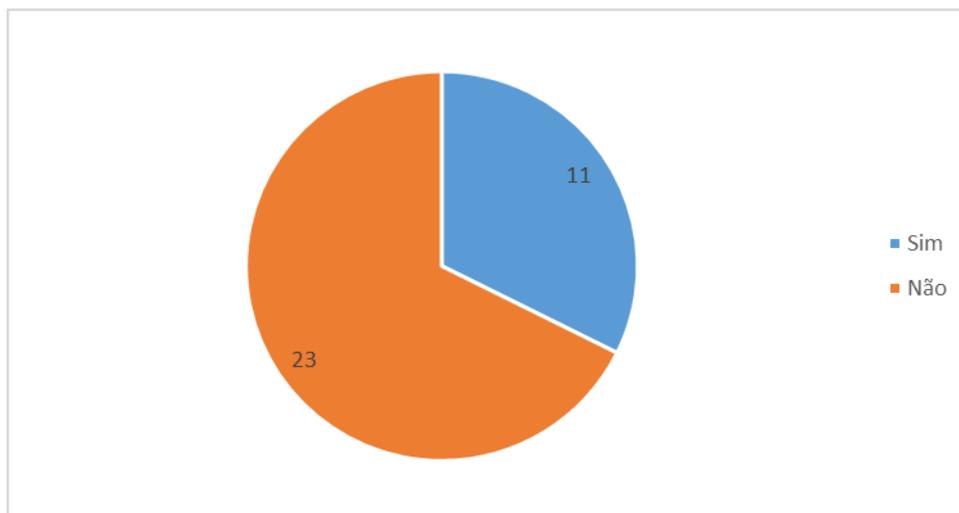
Fonte: A Autora (2018)

Achamos importante incluir no questionário perguntas para verificar a proximidade do TILS com o contexto político partidário e com o candidato para quem interpretou. Deste modo perguntamos se na última atuação em campanha política em horário eleitoral na televisão, o TILS votou no candidato para quem interpretou. De acordo com as respostas, 23 TILS afirmaram não terem votado para o candidato que trabalharam, já 11 afirmaram que votaram para o candidato em que atuaram como TILS. Isto nos leva a refletir sobre a responsabilidade do TILS frente à tradução audiovisual de conteúdo político partidário, pois de certa forma, ele além de estar traduzindo de uma língua para outra, promovendo a acessibilidade, sua imagem está sendo vinculada a um partido e um candidato político.

A preservação da imagem para o TILS é essencial, de modo que, quando ele fala, está representando a fala de outra pessoa, ele deve se preocupar em resguardar não só a sua imagem, mas também a do contratante, sem fazer uso dessa exposição para propaganda pessoal como destaca o artigo 14, inciso IV do Código de Conduta e Ética da Febrapils, o qual afirma que é proibido “usar de qualquer propaganda pessoal no exercício de sua função” (2014, p. 5).

Desse modo, o TILS deve ter clareza que a vinculação da imagem pode influenciar o público, além de poder atingir sua vida pessoal. Por mais que tratemos da imparcialidade em nossa atuação, dificilmente conseguimos separar a vida pessoal da profissional, pois carregamos conosco nossas convicções, experiências de vida e posições ideológicas, e estas, mesmo que inconscientemente, podem influenciar no trabalho como TILS.

Gráfico 17 - Na última atuação em campanha política em horário eleitoral na televisão, votou no candidato para quem interpretou



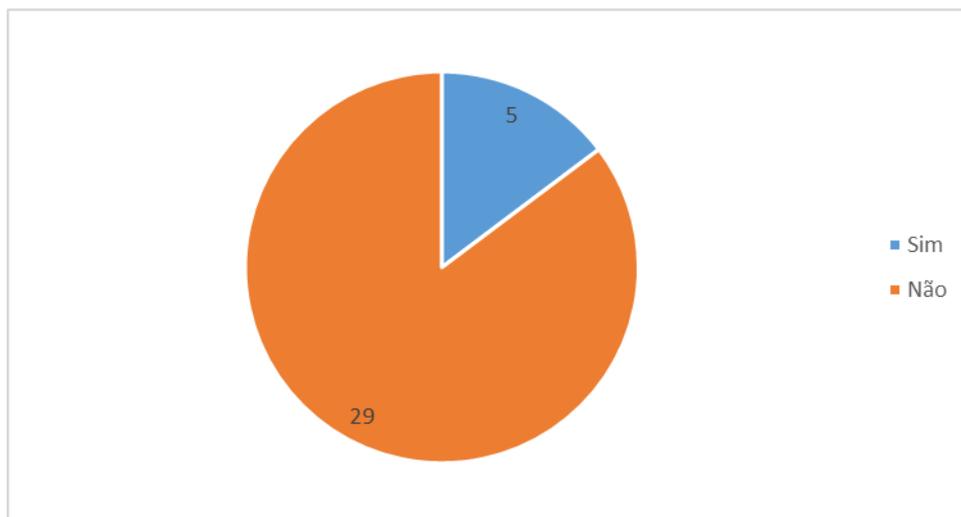
Fonte: A Autora (2018)

Como já destacamos acima, questionamos aqui: será mesmo possível separar a vida profissional da vida pessoal? Fazemos essa provocação pois quando um TILS assume atuar nesse contexto de campanha política partidária, ele poderá ser questionado quanto a sua neutralidade. A partir desta provocação podemos também refletir até que ponto nossas escolhas pessoais interferem e influenciam em nossa atividade profissional.

Os dados apresentados no gráfico abaixo demonstram que apenas 5 dos 34 TILS participantes declararam ter vínculo partidário ou ser simpatizante de algum partido político. Isso demonstra também que, a maioria dos TILS buscam, de certa forma, não defender nenhum partido, talvez até para assegurar a imparcialidade, a neutralidade em sua atuação. Mas será possível sermos imparciais, ainda mais quando o trabalho envolve a exposição de ideologias e posições políticas? Possivelmente é algo para refletirmos. Sobre a neutralidade do TILS, Leite (2004) afirma ser “um mito”, e Marques (2012) destaca que

afirmar que a neutralidade no ato interpretativo é um mito não significa isentar o intérprete de suas responsabilidades durante o processo de interpretação, ao contrário, visa a que esse intérprete tenha uma consciência de suas responsabilidades e ações embasadas nas possibilidades reais que o próprio corpo o permite (MARQUES, 2012, p. 68).

Gráfico 18 - Existência de vínculo partidário ou simpatizante de algum partido político



Fonte: A Autora (2018)

Ao final da pesquisa questionamos sobre os pontos positivos e negativos quanto a experiência na TAV de conteúdo político partidário. Neste primeiro quadro trazemos falas representativas distribuídas em algumas categorias que emergiram dos dados coletados. As categorias mais expressivas nos dados foram quanto ao reconhecimento público sobre o trabalho do TILS, a ampliação da visibilidade sobre a Libras e a comunidade surda, o crescimento profissional e o retorno positivo da comunidade surda para estes profissionais. Apenas um TILS não respondeu à questão e um respondeu não ter nenhum ponto positiva em sua experiência na área.

Alguns TILS destacaram que com esse trabalho foi possível mostrar que a Libras está sendo reconhecida, mas o ponto mais mencionado por eles foi o crescimento profissional a partir da TAV.

A partir desses pontos positivos podemos inferir, que a TAV de conteúdo político partidário é uma área de trabalho que vem se abrindo para os TILS, além de garantir uma maior visibilidade à Libras e à comunidade surda. Essas novas oportunidades de trabalho devem ser aproveitadas também para promover o respeito ao profissional TILS, de maneira que sejam respeitados e valorizados pelo trabalho que desenvolvem. Abaixo vemos algumas falas representativas dos TILS:

Quadro 3 - Pontos positivos quanto experiência de atuação na última campanha política

Categorias	Falas representativas
Reconhecimento público	TILS 5: “A exposição que possibilita novos trabalhos” TILS 15: “Reconhecimento público” TILS 27: “[...] maior visibilidade para meu trabalho”

<p align="center">Dar visibilidade à Libras e a comunidade surda</p>	<p>TILS 32:“Visibilidade à comunidade surda” TILS 25:“Sentir que a Língua de Sinais está sendo mais reconhecida e que estão preocupados em passar para a comunidade surda da forma como de fato eles possam compreender, na LIBRAS” TILS 32:“Acredito que seja a visibilidade que a Libras alcançou”.</p>
<p align="center">Crescimento profissional</p>	<p>TILS 7:“Aprendi vários sinais na área política” TILS 8:“Nova experiência na área de interpretação” TILS 20:“Me proporcionou noções de como trabalhar com conteúdo midiático, também exigiu de mim como profissional tomadas de decisão mais assertivas e mais bem pensadas, em virtude da exposição” TILS 4:“Experiência na área política, os sinais aprendidos e as especificidades do profissional que trabalha na área como Interprete” TILS 29: “A experiência que tudo isso me trouxe e também a necessidade de estudar mais e refletir sobre essa área de atuação” TILS 31: “A dinâmica da prática interpretativa e o aumento de vocabulário”</p>
<p align="center">Retorno positivo da comunidade surda</p>	<p>TILS 9:“Tive retornos positivos da comunidade surda, associação de surdos local e dos profissionais da área” TILS 10:“Boa receptividade da comunidade surda”</p>

Fonte: A Autora (2018)

Quanto aos pontos negativos, foram vários elencados, no entanto 6 TILS afirmaram não terem pontos negativos a destacar. Separamos as informações de acordo com as categorias mais perceptíveis nos dados coletados.

As principais categorias reconhecidas foram: a falta de acesso antecipado ao material, a falta de compromisso dos contratantes com o profissional TILS, os horários e tempos de gravação, a vinculação da imagem do TILS à imagem do candidato para o qual ele trabalhou, a remuneração e, a desobediência às regras da ABNT, mais especificamente a NBR 15290. Muitos TILS participantes da pesquisa elencaram mais de um ponto negativo que foram distribuídos nas categorias formadas.

De acordo com os relatos, podemos inferir que apesar a inserção da janela de Libras ser uma orientação determinada por lei, cada produtora segue suas próprias regras, pois os documentos legais não especificam e nem trazem normas de como devem ser utilizados esses recursos de acessibilidade. Desse modo, encontramos janelas de Libras de vários tamanhos, vídeos com velocidade além do normal, impossibilitando assim a compreensão pelo eleitor

surdo. Portanto ainda há muito desrespeito quanto ao uso desses recursos e ao profissional TILS. Esse desrespeito se estende à comunidade surda que é um dos públicos das políticas de acessibilidade.

Outro dado que aparece aqui, quanto à vinculada da imagem do TILS à do candidato já foi discutida anteriormente. Isso nos lembra da responsabilidade que este profissional assume com sua exposição na área audiovisual.

Notamos que essa preocupação – da vinculação de imagem – não ocorre só por parte do contratante, mas também por parte dos TILS. Alguns dos participantes, como o TILS19 apontou como ponto negativo de sua atuação em TAV nos programas políticos partidários, “o envolvimento político, sendo muitas vezes ligado ao candidato em questão simplesmente por aparecer na campanha dele”, e ainda o TILS22, o qual destacou que “as pessoas confundirem que eu apoiava o candidato. Não sabe diferenciar que o intérprete só é o profissional que está fazendo seu trabalho”. Isso nos leva a refletir novamente sobre a neutralidade, imparcialidade e tantos outros termos que utilizamos para caracterizar a função desempenhada como TILS, vale citar alguns como,

um elemento neutro na interação, invisível e imparcial quando interpreta; e que para ser fiel ao texto original, deve funcionar como máquina (transferir o produto de uma língua para outra), deve ser mediador, facilitador e condutor da comunicação (LEITE, 2004, 49).

Toda área de atuação demanda do TILS capacidade de adaptação, e no trabalho para campanhas político-partidárias não é diferente. Como podemos ver no quadro abaixo, os TILS tiveram que se adaptar ao tempo estabelecido pelas produtoras, tanto para o tempo de gravação quando para os horários de trabalho. A remuneração também mencionada aqui, já apareceu anteriormente neste trabalho como um tema de discussão. Aqui ele aparece como um destaque negativo do trabalho com TAV.

Quadro 4 - Pontos negativos quanto experiência de atuação na última campanha política

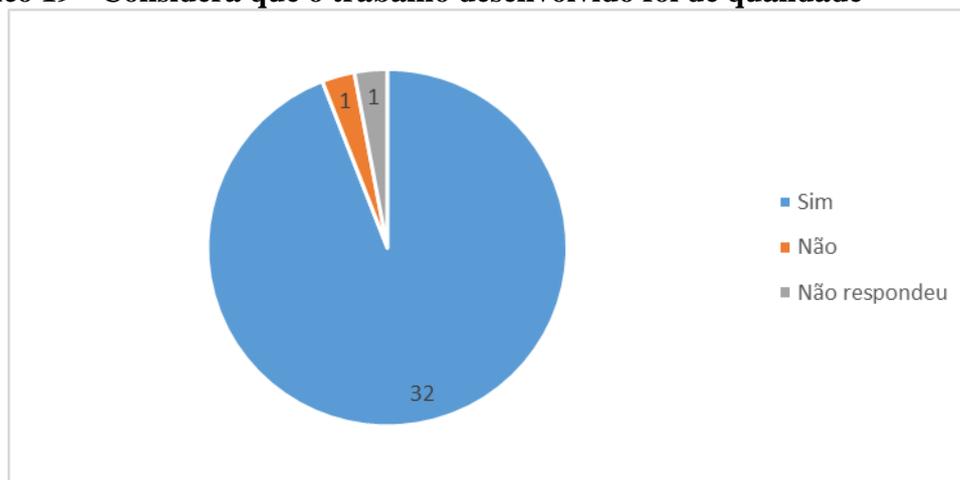
Categorias	Falas representativas
Não ter acesso antecipado ao material	TILS 8: “Não ter acesso ao material antecipadamente” TILS 18: “O acesso ao material muitas vezes era apenas no ato da interpretação. Eu não podia olhar antes. Então tinha que refilmar várias vezes. Até que ficasse bom”. TILS 27: “Não ter o vídeo antecipado”
Falta de compromisso com o profissional TILS	TILS 3: “Pouco compromisso comigo como profissional”

	<p>TILS 4: “Dificuldade para aceitação do contrato de imagem”</p> <p>TILS 5: “Falta de conhecimento do papel do intérprete”</p> <p>TILS 9: “A produção não foi pensada para acessibilidade, mas sim, para cumprimento de uma exigência legal”</p> <p>TILS 16: “Interrupção do contrato da gravação dos vídeos, uma vez que o juiz alegou que a obrigatoriedade seria de Libras OU legenda, optando apenas por legenda”</p> <p>TILS 30: “Ainda há a falta de respeito pela categoria, reclamam do valor e acabam pegando quem não tem proficiência para atuar porque é mais barato”.</p>
Horários e tempo de gravação	<p>TILS 33: “É tudo muito rápido, não tem tempo para discutir técnicas interpretativas”</p> <p>TILS 28: “Tempo muito curto”</p> <p>TILS 22: “o ponto negativo acabou sendo a "flexibilidade" de horários que acabei tendo que oferecer. Não existia um horário combinado para as gravações, conforme iam surgindo demandas do candidato ao qual trabalhei, eu entrava no estúdio para a gravação”</p> <p>TILS 20: “Os horários de gravação, sempre chamado às pressas, fins de semana e horários noturnos”</p> <p>TILS 7: “O tempo é reduzido e tem que terminar junto, ou até antes da fala do candidato”</p> <p>TILS 4: “Ter que trabalhar de madrugada”</p>
Vinculação da imagem do TILS à do candidato	<p>TILS 20: “Envolvimento político, sendo muitas vezes ligado ao candidato em questão simplesmente por aparecer na campanha dele”</p> <p>TILS 23: “As pessoas confundirem que eu apoiava o candidato”</p>
Remuneração	<p>TILS 31: “Por não saber negociar, cobre muito barato”</p> <p>TILS 19: “Desvalorização financeira”</p> <p>TILS 20: “Problemas para receber o valor combinado”. início da campanha”</p>
Desobediência às normas (NBR 15290)	<p>“A produtora não se preocupou tanto com o tamanho da janela, mesmo sendo orientado quando às normas ABNT”</p> <p>“Aceleraram alguns vídeos para fazer caber no tempo ao invés de refazer a gravação”</p> <p>“O tamanho da janela, muitos políticos não aceitavam a produtora adotar as normas ABNT, justificando que a janela poderia chamar atenção tirando o foco do político em questão”</p> <p>“janela de intérprete pequena”</p>

Fonte: A Autora (2018)

Ao final da pesquisa, questionamos os TILS participantes se consideravam que o trabalho desenvolvido foi de qualidade. Apenas 1 respondeu negativamente, 1 não respondeu à pergunta e 32 responderam que consideram que o trabalho desenvolvido foi de qualidade. Devemos a todo momento estar avaliando nosso trabalho, a fim de garantir a maior qualidade possível. Para tanto devemos sempre estar buscando subsídios para nossa atuação, bem como, a formação continuada.

Gráfico 19 - Considera que o trabalho desenvolvido foi de qualidade



Fonte: A Autora (2018)

A partir destes elementos retirados da pesquisa, podemos inferir que as condições de trabalho do profissional TILS na tradução audiovisual de conteúdo político partidário, ainda não são as mais adequadas. No entanto por se tratar ainda de uma prática recente, pelo menos para os contratantes desse serviço, no caso, os partidos e coligações políticas, faz-se necessário a conscientização desse público e uma forte fiscalização, a fim de garantir à comunidade surda, uma verdadeira acessibilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisas sobre a TAV em campanhas político-partidárias ainda são incipientes no Brasil. As pesquisas que existem com este tema tratam especificamente dos recursos utilizados na TAV e a recepção da informação pelos surdos. Precisamos assim, abordar o trabalho de tradução audiovisual no meio político e as relações que ocorrem nesse contexto.

A presente pesquisa buscou refletir sobre o trabalho de TAV desenvolvido pelos TILS nos períodos eleitorais dos últimos anos, e especificamente da última campanha político-partidária ocorrida no ano de 2016, quando já havia a LBI que dentre outras coisas, determinou a obrigatoriedade de se promover a acessibilidade, sendo uma delas a tradução audiovisual por meio da janela do intérprete de Libras.

Buscamos, dessa forma, apresentar no referencial teórico estudos acerca do profissional TILS a partir de um percurso histórico, além de apresentar a legislação e regulamentação da profissão do tradutor e intérprete de Libras.

Também realizamos um levantamento e estudo bibliográfico sobre os estudos da tradução e os conceitos de tradução e interpretação, para posteriormente localizar a TAV como campo de pesquisa nos estudos da tradução. Realizamos também uma discussão acerca do papel do TILS no contexto político, principalmente em campanhas político-partidárias.

Este estudo foi importante suporte para a análise dos dados que nos trouxe um panorama de como tem-se desenvolvido o trabalho dos TILS no contexto político. A partir dos dados percebemos que os TILS participantes além dos pontos negativos, viram esta área de atuação como um bom espaço de trabalho, e que está em crescimento, dando visibilidade à profissão de tradutor e intérprete e à Libras. Vale destacar que estes momentos de trabalho servem também para a conscientização dos contratantes quanto ao trabalho realizado por estes profissionais, bem como sua valorização e remuneração. Quando falamos da valorização, a situamos no âmbito da formação, proficiência e qualidade do trabalho oferecido.

Diante dos pontos negativos elencados na pesquisa, e dos dados quanto à contratação, condições de trabalho e remuneração, entendemos que, com a ampliação da tradução audiovisual de conteúdo político-partidário, as relações de trabalho futuras podem vir a serem melhores, visto a ampliação e divulgação positiva sobre a profissão.

Outro fator importante de registro é relevância que os TILS colocam sobre a neutralidade e a imparcialidade na profissão, ao demonstrarem incômodo de ter sua imagem

vinculada a um determinado político. Muitas produções tratam da postura do TILS partindo de discussões sobre a imparcialidade e neutralidade, e os dados nesta pesquisa nos mostram que a discussão sobre este tema não se extingue, pelo contrário, é um assunto ainda polêmico entre os profissionais da área.

Diversas outras problemáticas e reflexões podemos tirar dos dados, e devem ser amplamente discutidos pelos profissionais TILS de modo que, os próximos trabalhos de TAV em contexto político possam ser realizados com maior qualidade, tanto pelo contratante, quanto pelo TILS que promove a acessibilidade por meio da Libras.

Portanto, acreditamos que as reflexões promovidas a partir desta pesquisa são importantes ferramentas para promover um maior debate acerca da TAV de conteúdo político partidário.

Acreditamos que pesquisas como esta possam contribuir com a formação de futuros TILS para atuar nas mais variadas formas de tradução, tornando-os conscientes da importância de seu papel, tanto para a comunidade surda quanto para a sociedade de modo geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT. **Acessibilidade em comunicação na televisão**. Accessibility in TV captions. Norma Brasileira ABNT NBR 15290. 2005

ALMEIDA, E. B. LODI, A, C, B. **Libras em Estudo: Formação de Profissionais**, FENEIS-SP, 2014, p.109-129

ALVES, F.; MAGALHÃES, C.; PAGANO, A. **Traduzir com autonomia** – estratégias para o tradutor em formação. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BASSNETT, S. Trad. FIGUEIREDO, V. C. **Estudos da tradução**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 20 dez. 2000. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm>. Acesso em: 1º maio 2018.

_____. Lei nº 10.436, de 24 de Abril de 2002. **Dispões sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências**. Diário Oficial da União, República Federativa do Brasil, Atos do Poder Legislativo, Brasília, DF, 25 abr.2002. nº79, ano CXXXIX, Seção 1, p.23.

_____, Decreto 5.626 de Dezembro 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 Abril de 2.002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23, dez.2005. nº 246, ano CXLII, Seção 1, p.28 -30.

_____. Ministério das Comunicações.Portaria nº 310, de 27 de junho de 2006. **Aprova a Norma nº 001/2006 - Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão**. Brasília: MC, 2006. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/dia-a-dia/273-lex/portarias/24680-portaria-n-310-de-27-de-junho-de-2006>>. Acesso em 25 Abr. 2018.

BRASIL. Lei de nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. **Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm>. Acesso: 10 mar. 2018.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. 2015. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em 04 out. 2017.

_____. Resolução Nº 23.457, de 15 de dezembro de 2015. **Dispõe sobre propaganda eleitoral, utilização e geração do horário gratuito e condutas ilícitas em campanha**

eleitoral nas eleições de 2016. Disponível em <http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2015/RES234572015.html>>. Acesso em 06 nov. 2017.

BRITO, R. F. **Modelo de Referência para Desenvolvimento de Artefatos de Apoio ao Acesso de Surdos ao Audiovisual.** (Tese). Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

CARNEIRO, T. D. Intérpretes de línguas orais e intérpretes de Libras: semelhanças e diferenças, **Tradução em Revista**, nº 23, 2017. Disponível em <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/32233/32233.PDFXXvmi>>=> Acesso em 15 maio 2018.

COSTA L. Audiodescrição – modalidade de tradução audiovisual: tradução ou adaptação? IN: XII Congresso Internacional da ABRALIC. **Anais...** Curitiba, Brasil, 18 a 22 de julho de 2011. Disponível em www.abralic.org.br/eventos/cong2011/AnaisOnline/. Acesso em 20 de Abr 2018.

CUNHA, Elisângela Frois. **Acessibilidade na televisão brasileira: Quando o áudio faz sentido para o surdo e a imagem faz sentido para o cego.** Universidade Federal do Pampa. São Borja, RS, 2010.

DAHL, R. **Sobre a democracia.** Brasília: UnB, 2001.

DIAZ-CINTAS, J. Entrevista concedida a Eliana Franco e Vera Lucia Santiago In: **Cadernos de Tradução**, v.2, n.16, 2005.

FARIA, N. G.; SILVA, D. C. Legendas e janelas: questão de acessibilidade, **Revista Sinalizar**, v.1, n.1, p. 65-77, jan./jun 2016. Disponível em <<https://www.revistas.ufg.br/revsinal/article/download/35847/20227>> Acesso em 20 mai 2018.

FEBRAPILS. **Nota técnica sobre a atuação do tradutor, intérprete e guia-intérprete de Libras e língua portuguesa em materiais audiovisuais televisivos e virtuais**, 2006. Disponível em <febrapils.org.br/wp-content/.../nota-tenica-febrapils-feneis-materiais-audiovisuais.pdf>. Acesso em 20 Mai 2018.

FRANCO, E. R. C.; ARAÚJO, V. S. Questões terminológico-conceituais no campo da tradução audiovisual (TAV), **Tradução em Revista** nº 11, 2011/2.

FROTA, M. P.; MARTINS, M. A. P. **Tradução audiovisual, acessibilidade: Uma reviravolta na tradução (termo e conceito)?** Tradução em Revista, 2011. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/18930/18930.PDFXXvmi>=. Acesso em 23 Abr 2018.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org) **Métodos de pesquisa**, Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em 15 Abr. 2018.

JAKOBSON, R. Aspectos lingüísticos da tradução. In: JAKOBSON, R. **Lingüística e**

Comunicação. São Paulo: Cultrix, 1975.

LACERDA, Cristina B.F. **Intérprete de Libras:** em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre, RS. Editora Mediação: 2010.

LACERDA, C. B. F.; GURGEL, T. M. A. Perfil de tradutores-intérpretes de libras (tils) que atuam no ensino superior no Brasil, **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.17, n.º.3, p.481-496, Set. Dez., 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MACHADO, F. M. A.; FELTES, H. P. M. A. A interpretação simultânea no contexto político. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 35, n.º especial 2, p. 236-268, jul-dez, 2015.

NASCIMENTO, M. V. B. **Interpretação da língua brasileira de sinais a partir do gênero jornalístico televisivo:** elementos verbo-visuais na produção de sentidos. 2011. 148 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo/SP, 2011.

NASCIMENTO, G. V. S.; SANTOS, R. Acessibilidade para surdos na televisão brasileira e o impacto no exercício de sua cidadania em um estado democrático de direito. **Revista Espaço.** Rio de Janeiro, n.º 47, jan-jun, 2017.

NICOLOSO, S.; HEBERLE, V. M. As modalidades de tradução aplicadas à interpretação em língua de sinais brasileira. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 35, n.º especial 2, p. 197-235, jul-dez, 2015.

PAGURA, R. **A interpretação de conferências:** Interfaces com a tradução escrita e implicações para a formação de intérpretes e tradutores. *Revista Delta*, v.19, N.º Esp. P. 209-236. 2003.

QUADROS, R.M. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa.** 2. Ed. Brasília: MEC; SEESP, 2004.

QUADROS, R. M.; STUMPF, M. R. Letras Libras EaD. In: QUADROS, R. M. (Org.) **Letras Libras: Ontem, hoje e amanhã.** Florianópolis, Ed. Da UFSC, p. 9-36, 2014.

RIBEIRO, E. S.; SOUSA, E. S. **A Libras como tradução intersemiótica:** um caminho para a compreensão do bilinguismo, In: IV Fórum Internacional de Pedagogia, Campina Grande, Realize Editora, 2012.

RODRIGUES, Carlos Henrique. **A Interpretação para a Língua de Sinais Brasileira:** Efeitos de Modalidade e Processos inferenciais. Faculdade de Letras da UFMG. Belo Horizonte 2013.

RUSSO, Ângela. **Intérprete de língua brasileira de sinais:** uma posição discursiva em construção. Porto Alegre, RS: 2009

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, K. F. B. **Tradução audiovisual da Língua de Sinais**: aspectos emocionais, formação e condição de trabalho. Trabalho de conclusão de curso. UFSC, Florianópolis, 2015.

APÊNDICES: INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Questionário dos intérpretes de Libras que atuaram em campanha política televisiva

Pesquisa sobre a atuação do tradutor e intérprete de Libras em contexto político televisivo - Curso de graduação Letras Libras, da Universidade Federal de Santa Catarina

Em decorrência da necessidade de levantamento de dados para o trabalho de conclusão de curso, solicitamos sua colaboração e participação. A pesquisa em questão intitulada “O tradutor e intérprete de Libras em contexto político televisivo: problematizando o desenvolvimento deste trabalho” tem como objetivo principal investigar o processo de trabalho desenvolvido pelos tradutores e intérpretes de Libras na atuação em contexto político televisivo.

Observações:

1) Podem responder este questionário Intérpretes de Libras que já atuaram em contexto político televisivo (horário eleitoral).

2) O objetivo desse questionário é identificar junto aos intérpretes de Libras que atuaram em campanha política televisiva, como se deu o processo de trabalho, os recursos utilizados, bem como exigências para esse trabalho.

3) Esse questionário manterá a identidade dos participantes em sigilo absoluto.

4) Não há certo ou errado, procure responder todas as questões com o máximo de sinceridade, conforme suas experiências na função de Intérprete de Libras. Assim, você estará contribuindo com a ciência e com a produção de conhecimento sobre o trabalho do Intérprete de Libras no contexto político televisivo.

5) Pesquisadora: Verônica Rosemary de Oliveira – Contato: verumk@yahoo.com.br ou WPP: 045 9 9953 8491. Orientador: Profº José Ednilson Gomes de Souza-Júnior.

Desde já agradecemos sua participação.

1- Você já atuou em campanha política em horário eleitoral na televisão?
() Sim () Não

2- Quando foi a última atuação em campanha política em horário eleitoral na televisão em que atuou?
() 2006 () 2008 () 2010 () 2012 () 2014 () 2016

3- Em qual estado você atuou em campanha política em horário eleitoral na televisão?
() Acre () Alagoas () Amapá () Amazonas () Bahia () Ceará () Distrito Federal

- Espírito Santo Goiás Maranhão Mato Grosso Mato Grosso do Sul
Minas Gerais Pará Paraíba Paraná Pernambuco Piauí
Rio de Janeiro Rio Grande do Norte Rio Grande do Sul Rondônia
Roraima Santa Catarina São Paulo Sergipe Tocantins

4- Na sua última atuação em campanha política em horário eleitoral na televisão, você interpretou para qual cargo?

- vereador prefeito deputado senador governador presidente

5- Sexo

- masculino feminino não definido

6- Já estudou sobre tradução audiovisual ou participou de algum curso de formação nessa área?

- sim não

7- Qual seu grau de escolarização?

- graduação especialização mestrado doutorado

8- Você possui formação superior específica em Tradução e Interpretação da Libras?

- sim não

9- Você possui algum certificado de proficiência?

- CAS Feneis ProLibras Não possuo proficiência

10- Atua como intérprete de Libras a quanto tempo?

- 1 a 3 anos 4 a 7 anos 8 a 10 anos 11 a 14 anos a mais de 14 anos

11- Já atuou no contexto audiovisual antes de interpretar em campanhas políticas televisivas?

- sim não

12- Em qual contexto já atuou?

- Saúde (consultas, cirurgias, partos, tratamentos, exames, etc.)
Jurídico (consultas com advogado, audiência, processos, etc.)
Midiático (vídeos, filmes, televisão, etc.)
Educativo (cursos, escolas de nível infantil, fundamental, médio, técnico, superior, etc.)
Religioso (missas, batizados, casamentos, retiros, catequese, etc.)
Artístico (teatro, shows musicais, etc.)
Outros.

13- Houve assinatura de contrato para o trabalho em campanha política televisiva?

- sim não

14- Quais foram as exigências do candidato para sua contratação

- Ser do gênero masculino ou feminino.
Idade mínima ou máxima
Formação
Certificação de Proficiência

-) Religião
-) antecedentes criminais
-) referências
-) Exclusividade
-) Restrições quanto a outros vínculos empregatícios
-) Filiação partidária
-) Emissão de nota fiscal
-) Emissão de RPA (Recibo de pagamento autônomo)
-) Não houve exigências

15- Qual foi sua remuneração total para trabalhar em campanha política televisiva?

16- Como foi a forma de pagamento?

-) Antecipadamente
-) Após cada vídeo gravado
-) Semanalmente
-) Mensalmente
-) Após o fim da campanha política

17- Quais recursos de apoio utilizou?

-) Dicionários e enciclopédias
-) Livros sobre política
-) Livros sobre tradução e interpretação
-) Sinalários
-) Outros intérpretes
-) Pessoas surdas
-) Não utilizou apoio
-) Outros

18- Você recebia o material a ser interpretado em texto ou vídeo antecipadamente?

-) sim) não) às vezes

19- Você recebeu alguma orientação técnica da equipe de produtores? Quais?

20- Você se preparava antecipadamente para a interpretação? Como?

21- Em sua última atuação em campanha política em horário eleitoral na televisão, você votou para o candidato para quem interpretou?

-) sim) não

22- Você possui vínculo partidário ou é simpatizante de algum partido político?

-) sim) não

23- Quais são os pontos positivos quanto à sua experiência de atuação na última campanha política?

24- Quais são os pontos negativos quanto à sua experiência de atuação na última campanha política?

25- Você considera que seu trabalho foi de qualidade?

()sim ()não